



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Análise do Setor da Pesca Artesanal em Guiné Bissau.

Impactos e perspectivas

JOEL BACARI FERNANDES CASSAMÁ

Florianópolis

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Análise do Setor da Pesca Artesanal em Guiné Bissau.

Impactos e perspectivas do pescado artesanal em Guiné-Bissau.

JOEL BACARI FERNANDES CASSAMÁ

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof: Dr: Fernando Seabra.

Florianópolis 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7 ao aluno Joel Bacari Fernandes Cassamá na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Fernando Seabra

Prof. Dr. . Luiz Carlos de Carvalho Júnior

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis (SC), Dezembro 2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais como reconhecimento por tudo que fizeram por mim durante todos esses anos, à minha família, amigos que sempre me deram força e vontade para seguir em frente. A minha amada namorada Zuleika B. Rodrigues e o meu Filho Zayn R. Cassamá e ao todos estudantes Guineenses de São Luis, no Maranhão, Siaca, Vlá, para aqueles que moram Florianópolis e também alguns amigos (a) de Cabo Verde Paulo, Yannick, Rubom Ainha, Evaldo, Luis.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer a Allá que sempre me iluminou nessa longa caminhada de dificuldades durante todos esses anos. A esta Universidade e à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) onde iniciei esse grande percurso e a todo o corpo Docente do Curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, que foram peças fundamentais para a minha formação. Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Seabra, pelo suporte, correções e incentivos, a todos os professores do departamento de Economia e Relações Internacionais e à minha família, pelo incentivo e apoio incondicional. Por fim, aos meus amigos, colegas da comunidade Africana de Florianópolis. A todos, o meu muito obrigado.

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 – Produção total de pescados (t) Trinta maiores produtores em 2009 e 2010.....	24
Tabela 2 – Produção de pescado (t) da aquicultura dos vinte e cinco maiores produtores em 2009 e 2010.....	27
Tabela 3 - Quadro de Captura e protocolos relativos aos acordos afirmados com a União Europeia/G.B.....	42
Tabela 4 - Indicadores Socioeconômicos da Guiné-Bissau (2004-2008).....	42
Tabela 5 - Potencial de espécie mais capturados	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do comércio exterior da Guiné-Bissau.....	28
Gráfico 2 – Origem de Exportação da Guiné-Bissau.....	29
Gráfico 3 - Evolução do IDH na Guiné-Bissau de 2000/2014.....	41
Gráfico 4 - Principais produtos de Importação na Guiné-Bissa.....	47
Gráfico 5 - Principais produtos de Exportação na Guiné-Bissa.....	48
Gráfico 6 - Principais produtos Exportados na Guiné-Bissa em 2015.....	48
Gráfico 7 – Principais Produtos importado na Guiné-Bissau	49
Gráfico 8 – Total de Captura Admissível de pesca na Guiné-Bissau.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau.....	14
Figura 2 - Mapa da Guiné-Bissau – Divisão política.....	16
Figura 3 - Barco de Pesca Industrial da Correia do Sul.....	33
Figura 4 - Pescadores Artesanais na Guiné Bissau.....	34
Figura 5 - Barco de Pesca industrial Arrastão no Mar da Guiné-Bissau.....	33
Figura 6 - Mapa Guiné-Bissau – Divisão político-administrativa por Região.....	40
Figura 7 - Barco de Exportação atracado no porto da Guiné-Bissau.....	45
Figura 8 - Mapa ilustrativo dos países da CEDEAO.....	51
Figura 9 - Mapa ilustrativo dos países da UEMOA.....	52

LISTA DE SIGLAS

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM – Banco Mundial

CAD – Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE

CCP – Comissão de Consolidação da Paz (NU)

CEDEAO Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DENARP – Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza

FAM – Fundo para o Ambiente Mundial (*Global Environmental Fund*)

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GATT – Acordo Geral das Tarifas e Comércio –

UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ONU – Organização das Nações Unidas

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

ZEE- Zona Econômica Exclusiva

RESUMO

A pesca é um dos setores mais importantes da economia da Guiné-Bissau. A pesca artesanal emprega uma proporção considerável da população guineense e a pesca industrial, por sua vez, é a responsável por uma das maiores receitas da economia, em grande parte devido a acordos, licenças emitidas com seus parceiros comerciais. No entanto, a renda da pesca industrial não se mantém no país e, portanto, não atua positivamente na distribuição da renda no país. Isso ocorre somente com a pesca artesanal, que é o foco de nossa pesquisa. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica do setor pesqueiro em Guiné-Bissau e os impactos causados pela atividade pesqueira artesanal, sob o prisma da perspectiva socioeconômica, que estão direta e indiretamente relacionados à já citada distribuição de renda, bem como à geração de emprego e oportunidades de negócios. Nesse sentido, analisar os impactos desse setor para a economia local, bem como junto à população, passando por questões como o emprego informal para famílias ribeirinhas carentes, discutindo também as práticas e políticas de pesca, que vêm dificultando a vida dos que dependem diretamente da pesca Artesanal, no sentido de contribuir para um planejamento futuro que possa vir a contribuir para o dinamismo econômico e consequentemente benefícios à população nacional.

Palavras-Chave: Guiné Bissau, Pesca Artesanal, Pesca Industrial.

ABSTRACT

Fishing is one of the most important sectors of Guinea-Bissau's economy. Handcrafted fishing employs a considerable proportion of the Guinean population and industrial fishing, in turn, is responsible for one of the largest revenues of the economy, largely due to agreements, licenses issued with its trading partners. However, income from industrial fishing is not maintained in the country and, therefore, does not act positively in the distribution of income in the country. This occurs only with artisanal fishing, which is the focus of our research. In this sense, the present study aims to study the dynamics of the fishing industry in Guinea-Bissau and the impacts caused by the handcraft fishing activity, from the perspective of the socioeconomic perspective, which are directly and indirectly related to the aforementioned income distribution, as well as job creation and business opportunities. In this sense, to analyze the impacts of this sector on the local economy, as well as on the population, such as informal employment for needy riverside families, also discussing fishing practices and policies that are making life difficult for those who depend directly on in order to contribute to future planning that may contribute to the economic dynamism and consequently benefits the national population.

Key-Words: Handcraft Fishing, Industrial Fishing, Guinea-Bissau.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa	13
1.2 Objetivos Gerais e Específicos.....	16
1.2.4. Metodologia.....	17

2. PROBLEMA DE PESQUISA

3. INTERFACES ENTRE A ATIVIDADE PESQUEIRA E EXPORTAÇÃO.....

3.1 Abordagem clássica: dotações de recursos e exportação.....	23
3.2 A Atividade Pesqueira e o processo de Desenvolvimento Econômico.....	23
3.2.1 Acordos internacionais da Pesca	31
3.2.2 Pesca industrial e Artesanal.....	34

4. ÀFRICA E O COMERCIO INTERNACIONAL DA PESCA

4.1 Leis Nacionais da Pesca	36
4.2 História e estrutura econômica de Guiné-Bissau.....	38
4.2.1 Períodos colonial e pós-colonial.....	39
4.2.3 Situação Social IDH e Demográfico, e Distribuição da População por Região	40

5. ATIVIDADE PESQUEIRO E EXPORTAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU.....

5.1 O potencial exportador de pescado na economia da Guiné-Bissau.....	44
5.2 Comércio exterior da Guiné-Bissau-Aspectos Históricos	47
5.2.1 Abertura Econômicas na Guiné-Bissau.....	48
5.2.3 Blocos comerciais.....	51
5.2.4 As comunidade Econômicas dos Estados da África Ocidental.....	51
5.2.5 União Econômica e Monetária do Oeste Africano.....	52
5.2.6 Banco Central dos Estados da África Ocidental.....	53
5.2.7 Banco Oeste Africano de Desenvolvimento.....	54

6. ANALISE SOCIOECONÔMICA – GUINÉ-BISSAU E EQUADOR.....

6.1 O setor pesqueiro na Economia Equatoriana.....	56
6.2 Produção de Pescado Artesanal.....	56
6.2.1 Lei de autorização de pesca Industrial.....	56
6.2.2 Contribuição socioeconômico do setor pesqueiro	57

7. IMPATOS DA PESCA ARTESANAL NA POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU.....

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

9. REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

Há um debate no mundo científico que discorre se o homem fora primeiro caçador e depois pescador ou vice-versa. O fato, deixando de lado o debate, é que a pesca foi uma das atividades mais antigas da história humana. Esta atividade tem sido praticada desde os tempos pré-históricos, sendo que, a primeira evidência arqueológica da pesca, elaborados arpões entalhados, foram encontrados em sítios datando de 80.000 anos atrás, não muito depois do surgimento do Homo Sapiens. A pesca adquire relevante papel social, seja de maneira direta ou indireta, desempenhando um papel fundamental nos meios de subsistência de diversas comunidades no mundo todo, envolvendo milhares de pessoas, homens e mulheres.

O rendimento da pesca, que é um dos sistemas de produção de grande importância para segurança alimentar do planeta, não vinha sendo mais suficiente para atender à demanda mundial, frente ao crescimento rápido da população mundial e novas demandas por uma alimentação saudável baseada numa dieta de frutos do mar. Alguns estoques pesqueiros estão, e continuam, sob o risco de esgotamento devido a sobre pesca, particularmente aqueles de espécies de grande valor econômico (JENNINGS et al; 2001).

A República de Guiné-Bissau tem uma das áreas mais ricas da Costa Ocidental da África, principalmente em termos de diversidade e produtividade biológica, típica das regiões tropicais. Esta riqueza deve-se à existência de uma plataforma continental extensa e pouco profunda, grande diversidade de ecossistemas, costa recortada por inúmeros estuários, ilhas e rios, presença de manguezais que contornam o litoral. Esses fatores têm grande influência no desenvolvimento da fauna nerítica das águas da plataforma continental de Guiné-Bissau e no aumento da produtividade pesqueira.

A costa de Guiné-Bissau tem cerca de 280 km de extensão onde deságuam os rios Corubal, Geba, Cacheu, Cacine, Mansoa e Tombali (SILVA; MANE, 1991).

O país conta ainda com o Arquipélago de Bijagós, formado por diversas ilhas de origem vulcânica, com alta diversidade de habitats marinhos, o qual oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes.

Na figura 1, mostra-se a mapa da Guiné Bissau, com várias Ilhas e Rios estendendo-se para sudeste do arquipélago de Bijagós e, ao longo desta, existem três áreas de pesca bem delimitadas: a) uma faixa com profundidades inferiores a 10 m, com mais ou menos 200 km² de extensão, acessível a pirogas e outras embarcações artesanais; b) uma faixa com profundidades de 10 – 20 m, com cerca de 28.000 km², onde opera a maior parte das frotas estrangeiras; c) a última faixa tem de 20 – 200 m de profundidade, com fundos irregulares e acidentados, onde se encontram abundantes recursos pesqueiros (REINER, 2002).



Figura 1 : Mapa da Guiné-Bissau.

Fonte: novasdaguinebissau.com – acesso em 2017

Entre as latitudes 10° N e 12° N, o país possui uma fachada marítima com extensão aproximada de 90 milhas náuticas, orientadas em NW / SE, com um clima composto principalmente de duas estações, sendo uma chuvosa de maio a outubro e outra seca de novembro a abril, arquipélago de Bijagós e, ao longo desta, existem três áreas de pesca bem delimitadas: a) uma faixa com profundidades inferiores a 10 m, com mais ou menos 200 km² de extensão, acessível a pirogas e outras embarcações artesanais; b) uma faixa com profundidades de 10 – 20 m, com cerca de 28.000 km², onde opera a maior parte das frotas estrangeiras; c) a última faixa tem de 20 – 200 m de profundidade, com fundos irregulares e acidentados, onde se encontram abundantes recursos pesqueiros. Entre as latitudes 10° N e 12° N, o país possui uma fachada marítima com extensão aproximada de 90 milhas náuticas, orientadas em NW / SE, com um clima composto principalmente de duas estações, sendo uma chuvosa de maio a outubro e outra seca de novembro a abril. (FAO, 2012).

A economia da Guiné-Bissau (GB) baseia-se na exploração de recursos naturais, em vários setores de modo que sua principal fonte de rendimento, além das ajudas e empréstimos internacionais, são as concessões de licenças de pesca e a exportação de castanha de caju.

De acordo com a FAO (2012), a pesca na água marinha da Guiné-Bissau, mostrou uma tendência de crescimento, com variando entre 3,1% e 1,7% no período 2000, respectivamente. Deve-se ressaltar que GB experimentou taxas positivas e negativas durante o período, sendo o maior incremento observado em 2002 (24%) e a maior queda em 2003 (-16%).

Com base nos dados disponíveis no Ministério da Pesca, a relação entre as capturas de peixe de água marinha nas duas regiões, observou-se que estão positivamente correlacionadas, embora, apenas moderadamente. A captura de peixe de água doce em Guiné-Bissau (GB) se diferencia pontualmente das capturas na África Subsaariana (AS), Guiné-Bissau mostra um declínio acentuado na captura de água doce no período analisado, decaindo de 250 toneladas em 1995 para 150 toneladas, de 1999. A taxa de redução anual durante este período, foi de -3,6%. Na pesca artesanal, a relação com a natureza pouco transformada é intensa, existindo dificuldades para estabelecer o controle antrópico sobre os recursos, dada a fluidez dos recursos pesqueiros. Sendo assim, as dificuldades também residem na necessidade de maiores investimentos no sentido de garantir infraestrutura adequada para a pesca e o beneficiamento do pescado, portanto, melhoria das condições técnicas e utilização da tecnologia a serviço dos pescadores.

“Contingências naturais exigem adaptações dos pescadores às distintas condições do meio, explicando parcialmente as diferenças técnicas e socioculturais entre as diversas comunidades pesqueiras. (...) Em que pese essa grande diversidade e as variações temporais e geográficas da industrialização pesqueira, as comunidades pesqueiras passam por transformações desencadeadas pelos aportes tecnológicos e estruturais ao setor”. (DIEGUES, 1999).

A incorporação de motores nas embarcações, o uso de redes de material sintético (nylon) e a venda da produção fresca às indústrias pesqueiras transformaram qualitativamente a pesca artesanal - que antes tinha dificuldades de encontrar destino a maiores volumes de pescado e produzia as matérias-primas e instrumentos de captura.

No entanto, a incorporação tecnológica, independente do nível de implantação, sempre poderá nos oferecer os dois lados da moeda e sempre haverá quem não se adaptou e, portanto, não usufruiu ou foi progressivamente sendo excluído do sistema econômico local. É essa nova pesca artesanal que sofre as adversidades do excessivo esforço de captura e aos fatores externos ambientais e negativos de outros setores econômicos, os quais ameaçam sua reprodução social (CAPELLESSO, 2010).

Figura 2: Mapa da Guiné-Bissau – Divisão política



Fonte: novasdaguinebissau.com – acesso em 2017

Além destes estudos, destacam-se também os estudos realizados pela comunidade internacional no domínio da pesca Internacional como aqueles realizados pelo Plano de Ação para Países Menos Avançados, em dezembro de 2000 (PMA), indicando que a biomassa existente nas águas territoriais da Guiné-Bissau é de cerca de 900×10^3 t, o que significa que é possível pescar cerca de 200×10^3 t / ano de pescado sem reduzir a capacidade de reprodução da fauna existente.

Dados da pesca industrial apontam para a concessão de 315 a 320 licenças anuais emitidas pelo Ministério das Pescas, para pescadores e embarcações estrangeiras das quais cerca de aproximadamente 30% destinam à pesca do camarão e moluscos. Portanto, a pressão exercida pela pesca de camarão nas águas continentais do País é muito considerável, o que tem refletido tanto na quantidade como na qualidade das capturas.

1. Objetivos

1.2. Objetivo geral

Refletir sobre a atividade da pesca artesanal na Guiné-Bissau, bem como seus impactos e perspectivas junto à população e principalmente analisar a relação existente entre a produção pesqueira artesanal e a população da Guiné-Bissau, sob os aspectos e determinantes socioeconômicos e culturais.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Estudar a dinâmica do setor pesqueiro em Guiné-Bissau.
- Avaliar os impactos sociais e econômicos da pesca artesanal junto à população da Guiné-Bissau.
- Avaliar as técnicas de produção e canais de distribuição do produto da pesca artesanal no mercado interno e externo.
- Estabelecer uma reflexão sobre os pontos fortes e pontos fracos da atividade da pesca artesanal, bem como as eventuais oportunidades e ameaças;
- Contextualizar o mercado nacional de pescado em âmbito mundial;
- Verificar o potencial de importação de produtos diferenciados produzidos a partir do setor de pesca artesanal de Guiné-Bissau;
- Avaliar os principais mercados compradores e exportadores de pescado por regiões do mundo, com ênfase na realidade da África subsaariana.

1.2.3 Justificativa

Guiné-Bissau tem uma pequena participação na produção e economia da África Subsaariana, porém, é importante pela sua riqueza em recursos marinhos. A pesca é um dos setores mais importantes na economia daquele país. As tendências em Guiné-Bissau apontam para um declínio da captura de peixes de água doce (pesca Artesanal) enquanto se observa um aumento da captura de peixes marinhos e moluscos.

Os aumentos na produção pesqueira são em grande parte atribuídos aos acordos de pesca com seus parceiros comerciais nomeadamente a União Europeia, China e Coréia do Sul. Nesta região, mesmo com acordos e emissão de licenças, de uma forma geral, a pesca ilegal é responsável por 40% dos peixes capturados, contudo o presente estudo se justifica na valorização do mercado pesqueiro na Guiné-Bissau, expansão de parcerias e negócios contribuindo para o desenvolvimento do país assim como a preservação do patrimônio marítimo e combate contra pesca ilegal. (DENIZ. 1992).

Guiné-Bissau é um país pobre de pequena dimensão territorial, porém, rico em recursos marinhos que pouco tem contribuído para o desenvolvimento econômico do país. Pelo contrário, esses recursos têm sido intensivamente explorados tanto pelos países vizinhos quanto pelos países da comunidade europeia, seja mediante acordos bilaterais ou simplesmente pela pesca ilegal e predatória. Desta forma, muitos dos benefícios que poderiam beneficiar a população guineense são canalizados para outros países ou dissipados pela sobre exploração dos estoques pesqueiros.

O país tem uma pequena participação na produção e exportação na economia da África Subsaariana. Contudo, embora pequeno territorialmente, o país dispõe de grande diversidade de recursos marinhos, o que evidencia o potencial produtor e exportador de pescados.

As tendências recentes apontam dois principais eventos na atividade pesqueira de Guiné-Bissau. Primeiro, há um aumento do número de pescadores artesanais, o que é atribuído ao aumento de números de cidadãos nacionais na pesca e de imigrantes clandestinos dos países vizinhos que praticam pesca ilegal nas várias regiões do País – e que são responsáveis por quase 40% dos peixes capturados. E a valorização do produto da pesca no mercado nacional e principalmente Internacional, resultado de acordos comerciais e investimentos de projetos internacionais no setor, notadamente com a União Europeia e a China.

Esse processo de atração de investimento dá-se principalmente via empresas de pesca industrial que obtém licenças de pesca em águas da Guiné-Bissau, capturam o pescado, congelam a bordo e comercializam com entrepostos no exterior.

Tais processos, além de não agregar valor localmente, são pouco regulados, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ambiental.

A experiência internacional indica que há espaço para regular o acesso a licenças de pesca, atrair investimentos externos e valorizar a cadeia de agregação de valor local. Tomando como exemplo características da pesca artesanal nos países desenvolvidos, na Noruega, o processo de regulamentação do setor da pesca é baseado em lei de limitações do acesso, regulamentos relativos às quotas e regulamentos técnicos.

1.2.4 Metodologia

O método de análise desta pesquisa consiste na coleta de dados e seleção de algumas variáveis econômicas relevantes intimamente relacionadas ao desempenho do setor pesqueiro industrial e principalmente artesanal de Guiné-Bissau. Essa pesquisa também compõem de entrevistas aos pescadores, reportagens fotográficas para coleta de informação para avaliar o potencial de pesca Artesanal no mercado nacional e internacional.

Inicialmente, um levantamento bibliográfico foi feito, considerando obras nacionais e internacionais com especial atenção dada à publicações do Ministério das Pesca, da Secretaria de Pesca Artesanal e de outros organismos internacional de apoio a pesca e modernização da pesca artesanal na Guiné-Bissau. A pesquisa esteve baseada nas maiores associações de mulheres e homens que praticam a pesca ou vendem os peixes na cidade de Bissau e região de Cacheu, que fica ao norte da Guiné-Bissau.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

A importância do conhecimento e da pesquisa científica é um ponto de fundamental importância e sem questionamentos. Sendo peça fundamental neste processo, a definição do Problema de Pesquisa é um passo que a primeira vista pode parecer simples e fácil, mas no decorrer do caminho se apresenta cheio de mistérios e complexidades.

“O objetivo mais perseguido pelo ser humano é o de conhecer a realidade, conhecer a verdade. Para tanto, ao longo de sua vida, utiliza vários mecanismos. E entre tantos mecanismos, a Pesquisa Científica surge como um das opções, para conhecer a realidade”. Martins (1994).

Segundo Gil (1991), nem todo problema é passível de tratamento científico, é preciso identificar o que é científico daquilo que não é. Um problema é de natureza científica quando envolver variáveis que podem ser tidas como testáveis. Nesse sentido, o processo de formular um problema não é tarefa fácil. Há de se reconhecer que o treinamento desempenha papel importante nesse processo. O treinamento é uma atividade que exige dedicação e orientação, e considerando o ato de formular um problema, o treinamento ainda é pouco explorado, visto que a atividade de formular um problema é restrita ao meio acadêmico. Gil (1991). Existem algumas condições que facilitam a tarefa de formular o problema, tais como Gil (1991) propõe: imersão sistemática no objeto de estudo; estudo da literatura existente; discussão com pessoas com experiência na área de interesse. Mesmo seguindo as orientações citadas, a tarefa de formular um problema de pesquisa continua para a grande maioria dos iniciantes na pesquisa científica uma tarefa desafiadora. Onde vários sentimentos e expectativas se entrelaçam, muitas vezes causando uma sensação desconfortável de perda de orientação. Ainda mais quando se busca pesquisar sobre um país distante, sob o qual, a obtenção de informações é uma das maiores dificuldades. Contudo, almejamos a busca de novos caminhos para àquela população, que vive séculos à mercê de governos corruptos, guerras e disputas diversas, e focando na pesca artesanal, como um trunfo onde esta mesma população pode se atrelar e se beneficiar da importância e da dimensão de tal atividade, aproveitando inclusive, desta atual fase, de modernização tecnológica, que permitiu incorporar novos trabalhadores ao setor. Sendo assim, o problema de pesquisa deste trabalho fundamenta-se em como atuam e se desenvolvem e quais os impactos causados pela atividade pesqueira artesanal, junto à população da Guiné-Bissau, sob os aspectos socioeconômicos, mais uma vez ressaltando sua importância e sua dimensão, tanto junto ao povo Guineense, quanto à economia da costa oeste africana.

3. INTERFACES ENTRE A ATIVIDADE PESQUEIRA E EXPORTAÇÃO

A abertura comercial de uma economia pequena como a da Guiné-Bissau, possivelmente ajudaria levá-la ao uso mais eficiente de seu potencial, devido à competição e aos estímulos da concorrência gerados pelas mudanças nos preços relativos, assim dado maior rendimento e produtividade dos seus fatores.

3.1 Abordagem clássica: dotações de recursos e exportação

De acordo com (SMITH, 1776), uma divisão apropriada de mão de obra pela sociedade, com cada pessoa se especializado em uma determinada área, portanto, naquilo que sabe melhor fazer, seria a melhor maneira de aumentar a produtividade e a riqueza de uma nação.

Segundo AMORIM (2015) o livre comércio é defendido há séculos pela corrente dominante do pensamento econômico. Desde Adam Smith, em 1776, com a “Riqueza das Nações” teoriza-se sobre as vantagens de extinguirem-se as restrições aos agentes privados de países diferentes para que realizem trocas comerciais.

Nesse sentido, assumindo uma postura neoliberal, o referido autor ratifica:

Abertura comercial de uma economia ajudaria levá-la ao uso mais eficiente de seu potencial devido à competição e aos novos estímulos gerados pelas mudanças nos preços relativos, assim dado maior rendimento e produtividade dos seus fatores de produção, o seu mercado poderá alcançar maior nível de consumo e bem estar. A tese de livre comércio acredita que a Economia Internacional pode ser melhor para desempenho de uma economia consequentemente melhorias na vida das pessoas e emprego. (AMORIM, 2015).

Para este autor, os organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçam a negociação contínua, a mobilização em favor da redução do número e do impacto das restrições nacionais à livre troca de bens e serviços entre nações. (AMORIM, 2015). As negociações multilaterais, no entanto, são processos lentos e caros, retratados nas inúmeras reuniões realizadas para se chegar a um acordo na Rodada Uruguai (1986-1994) e na atual, iniciada em Doha, no Qatar, em 2001, durante um evento da OMC (Organização Mundial do Comércio) popularmente conhecido como “Rodada de Doha” ou “Agenda Doha de Desenvolvimento” e em pleno ano de 2017, esta negociação ainda não fora terminada.

As contradições criadas nas negociações coletivas e acordos frente aos interesses de grandes nações estimularam que alguns países com economia pequena, procurassem os acordos regionais como forma de acelerar suas economias para acesso a mercados. Incluindo neles cláusulas sobre investimentos, propriedade intelectual e compras públicas.

Temas de tratamento difícil dentro de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio.

A justificativa em defesa do livre comércio, entre economistas liberais, assenta-se na visão ortodoxa de que todo país possui vantagem comparativa em relação a outro e, por isso, é sempre benéfico comercializar sem restrições.

Para entender essa visão, é interessante, primeiro, observar o que diz a tese ortodoxa sobre as vantagens comparativas e, depois, seu enfoque mais moderno, a partir do teorema de Heckscher-Ohlin. Por exemplo, segundo os ortodoxos, se houver um país qualquer, pequeno ou grande, não importa se seus custos de produção são maiores ou menores do que os de outros países. Ainda assim será benéfico para essa economia franquear seu mercado ao comércio internacional (AMORIM, 2015). As teorias das vantagens comparativas quando testadas, aparecem diferentemente da realidade. De outro modo, as justificativas usadas por muitos anos para defender os acordos de livre-comércio e suas vantagens para todos os países, parecem não encontrar economia em que de fato, sejam aplicadas, servindo, portanto, de alerta para economias pequenas nas negociações de acordos de livre-comércio negociados, tanto no âmbito da OMC quanto em negociações bilaterais.

3.2 A Atividade Pesqueira e o processo de Desenvolvimento Econômico

A pesca é uma das atividades mais importantes economicamente do mundo, movimenta uma cadeia produtiva que vai da extração ao mercado consumidor final, esta movimentação deixa milhões de dólares na economia anualmente e resulta no aumento do nível de emprego e na geração de renda das economias que tem a pesca somando a suas atividades produtivas.

O peixe é um dos produtos mais completos, mais aceitáveis alimentos que compõem a mesa da população, independentemente de etnias e culturas. O mundo com uma população de aproximadamente 7 bilhões de indivíduos, a pesca deve atender em média 70% dessa população. Segundo a UNESCO (2012) estima-se uma população mundial de 9 bilhões de pessoas até 2050.

Isso significa dizer, que pelo ritmo de consumo de peixe que a população atual vem tendo, a pesca e a aquicultura devem ter sua produção de forma responsável e sustentável, pois têm um papel essencial de garantir a segurança alimentar e a dinâmica da economia contemporânea.

O extrativismo da pesca, sendo a extração bruta dos recursos pesqueiros da natureza é de suma importância para a sobrevivência do homem. Com o uso intensivo dos recursos pesqueiros e o crescimento desenfreado da demanda de pescado, a atividade tem passado por grande impacto e algumas espécies já se tornam escassas. Com base nesse fato, o mais sensato é garantir meios de gestão e política públicas de forma acessível e adequada para que as empresas e pescadores consigam praticar sua atividade sem causar danos às espécies e consequentemente ao meio ambiente.

A utilização de políticas e ações de sustentabilidade hoje em dia em qualquer atividade seja ela pesqueira ou não, garante a médio e longo prazo que uma atividade se mantenha sempre em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida que habitam no planeta.

A garantia dos recursos naturais necessários para as próximas gerações possibilita que os meios bióticos e abióticos estejam sempre se renovando e garantindo uma boa qualidade de vida para os atuais e próximos seres que virão.

A produção do pescado atingiu aproximadamente 146 milhões de toneladas em 2009 (FAO, 2011). Durante as últimas três décadas o número de pescadores e de piscicultores progrediu mais rapidamente que a população mundial.

A pesca é uma atividade de extração de organismos no ambiente aquático e vem sendo praticada ao longo dos séculos. A pesca inicialmente era de caráter de subsistência, ou seja, o homem utilizava dessa atividade extrativista para simplesmente complementar sua alimentação sem caráter de venda ou escambo.

Com o passar dos anos e posteriormente com o surgimento de comunidades, vilas e cidades o homem iniciou então a produção de alimentos para a comercialização e para a geração de riquezas. Garcia (2013).

De acordo com o Boletim Estatístico (2011), a produção mundial de pescado (explorado tanto da pesca extrativa quanto da aquicultura) atingiu aproximadamente 168 milhões de toneladas em 2010, representando um crescimento de aproximadamente 3% em relação a 2009.

Os maiores produtores foram respectivamente, a China com aproximadamente 63,5 milhões de toneladas, a Indonésia com 11,7 milhões de toneladas, a Índia com 9,3 milhões de toneladas e o Japão com cerca de 5,2 milhões de toneladas. FAO (2009).

De acordo com FERREIRA (2013), atividade pesqueira economicamente se divide em duas formas de produção da espécie, a pesca extrativa (Industrial Artesanal) e aquicultura. A Pesca extrativa é a captura de organismos aquáticos, do meio onde se desenvolveram e vivem de forma natural, podendo ter a finalidade de abastecer o mercado consumidor com a comercialização do produto ou de subsistência do pescador. Aquicultura é o processo de produção em cativeiro de criação e desenvolvimento dos organismos de hábitat aquático, em qualquer estágio de desenvolvimento, ovos, larvas, são três os fatores que caracterizam a aquicultura organismo produzido é aquícola, existe um manejo visando à produção e a criação, tem um proprietário, isto é, não é um bem coletivo como são as populações exploradas pela pesca. Para o mesmo FERREIRA (2013) o número de trabalhadores que se dedicam diretamente essa atividade de extração e à produção primária de peixe em captura ou aquicultura atingiu em 2006 cerca de 43,5 milhões. Isso mostra grande contribuição que a atividade pesqueira tem com o mundo fornecendo trabalho e renda diretamente ou indiretamente para milhões de pessoas e movimentando a economia mundial.

As exportações de peixe e produtos da pesca atingiram em 2010 um recorde de US\$ 168 milhões de toneladas, ainda espera-se que o crescimento continue a subir. Nos países de terceiro mundo, as exportações líquidas da pesca (exportações menos importações) são superiores às de outros produtos agrícolas como café, chá, arroz e bananas (FERREIRA, 2013).

Tabela 1 - Produção de pescado (t) dos vinte e cinco maiores produtores mundiais

Posição	País	2010	
		Produção aquicultura	%
1º	China	47.829.610	60,59
2º	Indonésia	6.277.925	7,95
3º	Índia	4.653.093	5,89
4º	Vietnam	2.706.800	3,43
5º	Filipinas	2.545.967	3,23
6º	Correa do Sul	1.377.233	1,74
7º	Bangladesh	1.308.515	1,66
8º	Tailândia	1.286.122	1,63
9º	Japão	1.151.080	1,46
10º	Noruega	1.008.010	1,28
11º	Egito	919.585	1,16
12º	Mianmar	850.959	1,08
13º	Chile	713.241	0,90
14º	Malásia	581.043	0,74
15º	Correia do Norte	508.350	0,64
16º	Estados Unidos	495.499	0,63
17º	Brasil	479.399	0,61

18º	Taiwan	315.226	0,40
19º	Equador	271.919	0,34
20º	Espanha	252.352	0,32
21º	França	224.520	0,28
22º	Irã	220.034	0,28
23º	Reino Unido	201.091	0,25
24º	Nigéria	200.535	0,25
25º	Turquia	167.721	0,21

Fonte: Elaboração próprio do autor, dados de estatística FAO (2009)

Os países em via de desenvolvimento continuam a desempenhar um papel importante no abastecimento dos mercados internacionais, representando 61% total das exportações de peixe e 54% do valor em 2012. As suas receitas de exportação líquidas (exportações menos importações) atingiram os 35,3 bilhões milhões de dólares, superou todos os valores das exportações globais de um conjunto de outros produtos agrícolas, incluindo o arroz, a carne, o leite, o açúcar e a banana. (FAO, 2015).

Os benefícios do comércio internacional nem sempre chegam às comunidades de pescadores de pequena escala que são os pescadores artesanais, embora os pescadores e aquicultores artesanais constituíam cerca de 90% da força de trabalho no setor, segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas, datado de 2014.

Esta instituição vem buscando junto aos países desenvolvidos, em busca de potenciais investidores, em negócios de pequena e média escala. Há grandes oportunidades nos mercados regionais e Internacional que, neste momento, são dominados pelas economias emergentes (FAO 2014). Temos como exemplo o México, o Brasil, a Indonésia e a Malásia, que querem mais pescado e procuram a oferta vinda dos países vizinhos. Ao mesmo tempo, essa crescente procura promove novos investimentos na produção da aquicultura local, incluindo em África.

A FAO salienta ainda que, os números recordes do comercio da pesca no mercado Internacional, reflete na queda da produção agrícola e os preços elevados de uma série de espécie de peixe e marisco, como por exemplo, Salmão e o Camarão, a uma grande demanda pelos produtos pesqueiros no mercado Internacional.

Com relação à importância do pescado para Guiné-Bissau devido às características do país com uma vasta Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e grande reserva de produtos do mar, para benefício da população e para equilíbrio da balança comercial, este setor reveste uma crucial importância para o Produto Interno Bruto (PIB), como também para desenvolvimento do país. Estima-se uma produção anual de camarões e molusco na ordem de 5.000 toneladas e uma receita de cerca de US\$ 30 milhões, além da fauna acompanhante formada por peixes de grande valor econômico. O setor pesqueiro de Guiné-Bissau corresponde a 13% do Orçamento Geral do Estado e tem grande importância para o equilíbrio da balança de pagamentos. De importância ainda maior, é a contribuição deste setor na absorção da mão-de-obra e na segurança alimentar do país. A participação do setor pesqueiro no Produto Interno Bruto (PIB) do país variou no intervalo de 3-4 por cento, entre 1991 e 1997, tendo uma contribuição relativamente baixa no período. Apesar disso, sua importância é significativa por promover a segurança alimentar, captação de divisas e dinamismo da economia local (PMA, 2000).

De acordo com KEBÉ (1992) pode-se distinguir intervenientes na comercialização dos produtos marítimos, segundo os circuitos de distribuição para interior do País e a estado do peixe (fresco, congelado ou defumado). Outra diferença pode ser observada entre distribuição para mercado Interno e exportações Guiné-Bissau não dispõe de indústria de processamento e transformação de pescado. A principal produção é feito diretamente pelos exportadores, como já tinha disto em cima, pagam pela licença por um determinado período, incluem peixes, moluscos e crustáceos. Entretanto, as espécies alvos das pescarias industriais são os camarões, principalmente devido elevado preço que é praticado no mercado consumidor internacional, tornando óbvia a maior relevância desses recursos. A pesca tem grande papel na economia da guiné Bissau, é o segundo maior atividade econômica e também e segundo produto mais exportado os recursos pesqueiros têm um papel importante na economia de Guiné-Bissau.

Os estudos realizados no início da década de 80 apontam para uma abundância de recursos biológicos na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau, estimando-se o nível de captura anual, sem degeneração dos estoques, em 300.000 toneladas. Todavia, tais recursos não se têm traduzido, necessariamente, em riquezas econômicas reais e facilmente mobilizáveis, porquanto a viabilidade de sua exploração é influenciada por fatores externos ao setor, principalmente de ordem política e econômica INTCHAMA (2009).

Estima-se uma produção anual de camarões da ordem de 5.000 toneladas e uma receita de cerca de US\$ 30 milhões, instituto nacional de pesquisa (INIP/LBM, 1990) As receitas do setor pesqueiro de Guiné-Bissau corresponde a 40% do Orçamento Geral do Estado e contribuem de forma crucial para o equilíbrio da balança de pagamentos. Ainda o setor da pesca tem grande contribuição no setor de emprego absorção de mão-de-obra não qualificada e na segurança alimentar do país A importância do setor pesqueiro no Produto Interno Bruto (PIB) do País varia entre 3-4% segurança alimentar, captação de divisas e dinamismo da economia local (PMA, 2000). Sobre a importância do setor pesqueiro para Guiné-Bissau, (Té, 2005).

Tabela 2 – Evolução do comércio exterior da Guiné Bissau

Evolução do comércio exterior da Guiné-Bissau							
US\$ milhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	53	130,1%	157	40,6%	211	56,1%	-104
2007	85	58,3%	206	30,9%	290	37,8%	-121
2008	137	61,5%	240	16,9%	377	29,9%	-103
2009	103	-24,4%	296	23,2%	399	5,9%	-193
2010	174	67,8%	227	-23,2%	401	0,3%	-54
2011	385	122,0%	319	40,2%	704	75,6%	67
2012	181	-53,1%	309	-2,9%	490	-30,4%	-128
2013	297	64,4%	321	3,9%	619	26,2%	-24
2014	265	-10,8%	413	28,4%	678	9,6%	-148
2015	247	-7,0%	287	-30,4%	534	-21,3%	-41
Var. % 2006-2015	360,9%	--	82,9%	--	153,5%	--	n.c.

Elaborada pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, October 2016. Guiné-Bissau não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

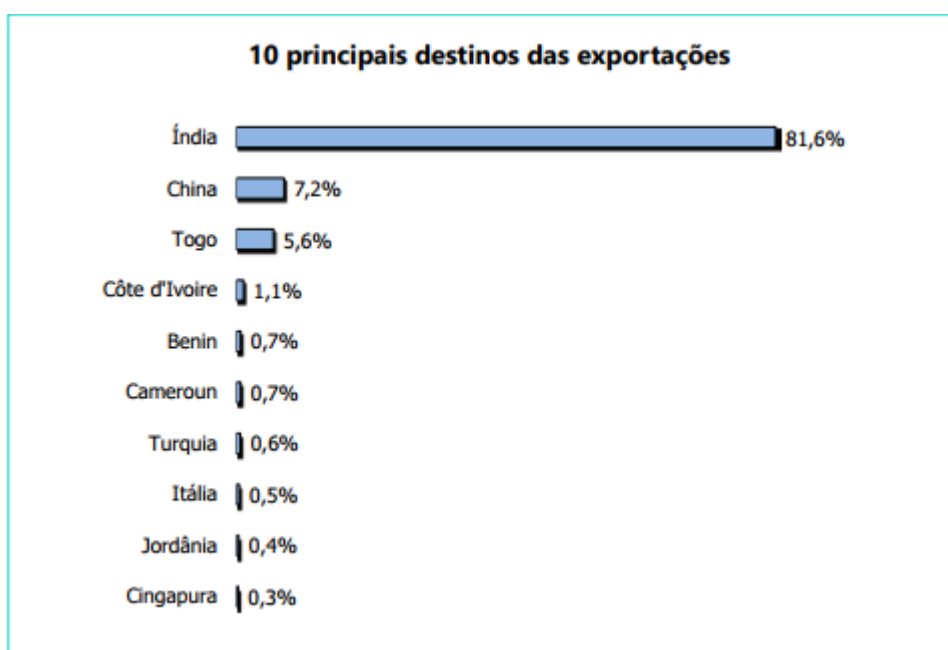
Fonte: Ministério das Relações Exteriores da Guiné Bissau

Do ponto de vista de características da distribuição do pescado, tem-se o destino nacional e internacional. Com relação ao mercado nacional, as primeiras remessas distribuídas para mercado interno são asseguradas pelos proprietários ou capitães das unidades semi-industriais da pesca. A comercialização dos desembarques da pesca artesanal na Guiné-Bissau é realizada por intermediário de mulheres popularmente chamadas de Bideiras de Peixe. Elas são responsáveis para distribuição nos mercados da Capital e do interior. Para conservação dos pescados elas processam peixe através de *defumagem* e/ou secagem.

Segundo a FAO (1993), as regiões de distribuição limita-se a um raio de 100 km no máximo. Algumas comerciantes são semi-grossistas que operam a partir do porto Pindjiguiti em Bissau. Elas vão assim distribuindo e abastecendo todas as regiões do País. A partir da liberação da economia nacional em 1999, houve uma grande demanda internacional das empresas estrangeiras com interesse para vários setores econômicos. As empresas que operam no setor da pesca, concretamente no Arquipélago dos Bijagós duas vezes por semana deslocam-se para Bissau para venda dos seus produtos.

Eles vendem para mercado nacional as espécies mais baratas. O centro da pesca mais tradicional, que já funcionava antes da Independência, foi privatizado e o de Bubaque está em vias de privatização e desempenha também grande papel na distribuição do peixe fresco. Com relação ao mercado estrangeiro (exportações), de acordo com (FAO, 2005), as exportações da Guiné-Bissau representavam 20,2 milhões US\$ em valor Bruto. A pesca ocupa o segundo lugar com 13% de receita de exportações, a frente dos produtos florestais (6%) e atrás dos produtos agrícolas (80%). Isto mostra o papel que o setor da pesca desempenha na economia Guineense. Esses dados não têm em conta o comércio do peixe que se desenvolveu em direção dos países limítrofes.

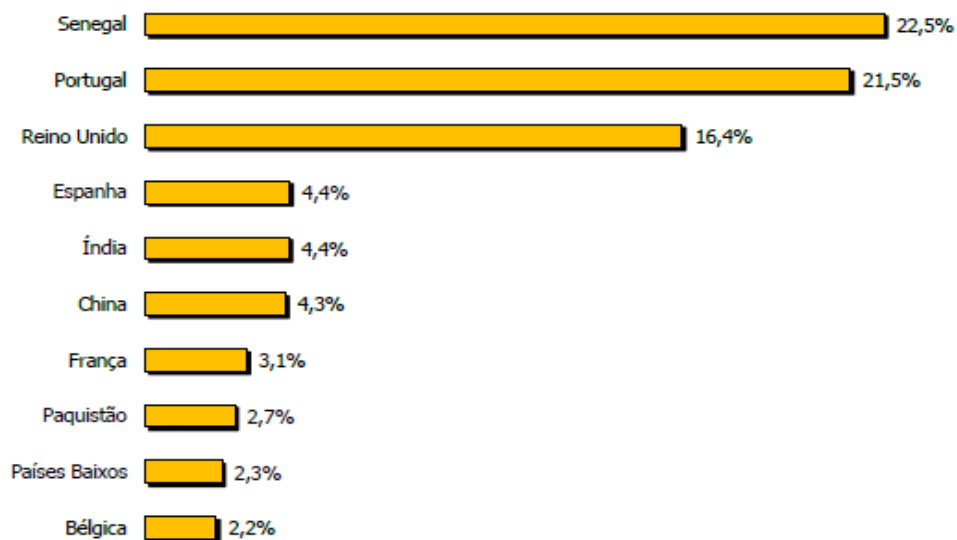
Gráfico 2 – Evolução do comércio exterior da Guiné Bissau



Fonte: Secretaria de Pescas Guiné-Bissau (2014). Adaptação do autor

Com a implementação de uma balsa ligando Cacheu (Norte do País) a São Domingos, ocorreu um processo de desenvolvimento de comércio de produtos transformados em direção aos países do norte via Ziguinchor, no Senegal. Um grupo de comerciantes e associações integrou um sistema de comercialização do peixe fresco. Eles alugam os serviços frigoríficos de refrigeração (no formato de contêineres) com capacidade de 30 toneladas e percorrem todas as regiões com grande potencial de pesca na Guiné-Bissau, comprando diretamente dos pescadores. Existe grande potencialidade de exportação de peixe fresco para a Europa por via marítima como também por via aérea. Os pequenos empresários nacionais criam mecanismos de recolha dos pescados principalmente àqueles com mais valor económico, os quais são distribuídos para algumas fábricas locais, analisados, empacotados e exportados para União Europeia, principalmente para Portugal.

Gráfico 3 – Origem das importações



Fonte: secretaria de estado da pesca da G.B

No gráfico acima, verificamos a predominância da origem dos produtos importados para a Guiné-Bissau em basicamente três países: Senegal, Portugal e Espanha. Já nas figuras a seguir (Gráficos 4 e 5), observamos em forma de mapas, tais destinos e origens, no entanto, com a indicação da movimentação financeira média em Francos O Franco CFA é a moeda dos países integrantes da Comunidade Financeira Africana – CFA, sob a gestão do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

3.2.1 Acordos internacionais da pesca

A organização Mundial de Comércio (OMC) surgiu oficialmente em 1 de janeiro de 1995, com o acordo de Marraquesh (Marrocos) e substituiu Acordo Geral das Tarifas e Comércio – GATT - e desde então tem atuado como principal órgão fiscalizador do comércio internacional. A organização tem por objetivo estabelecer regras e leis para regular comércio entre membros afiliados estabelecer mecanismo de solução das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos assinado e votados e aprovados por todos os membros (OMC. 1947). Mercado Internacional da pesca, quase por todo mundo tem um mercado livre, mas tem série de regulamentos do comércio Internacional da organização mundial de comércio OMC, por que as importações na maioria das partes e feito por multinacionais, ou as empresas estatais que adquirem licenças para pesca no território dos outros países, e por isso acaba não tendo barreiras tarifárias, e já a pesca artesanal de pequeno porte são regulamentados por leis nacionais ou regionais.

Esses mercados são relacionados de acordo com os princípios e praticas de acordos do comércio Internacionais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a principal organização internacional que trata das regras do comércio entre países afillados. Sua principal função é assegurar concorrência justa e desenvolvimento dos fluxos de comércio e a transação das mercadorias.

A Organização Mundial de comércio (OMC) baseia-se em três princípios fundamentais: Nações mais favorecida, tem responsabilidades comerciais compatíveis com os preços. (OMC) exige que os países não discriminem diversas importações de produtos similares. A utilizam de instrumentos comerciais compatíveis com os preços, (OMC, 1947).

Ainda segundo (OMC, 2001). As disputas comerciais no acesso ao mercado aberto do setor pesca as externalidades dos ecossistemas, e as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC). Os produtos da pesca são atualmente tratados como produtos indústrias no âmbito da OMC. As ações de países-membros individuais ou blocos comerciais estão se divergindo sobre a jurisdição de algumas regras vigentes da (OMC). As medidas sanitárias e fitossanitárias, antidumping, subsídios e medidas compensatórios e barreiras técnicas ao comércio e as regras de origem do produto. O comércio internacional vem passando por profundas transformações nos últimos anos. 1947, o ano em que o Acordo Geral das Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado, a fração de mercadorias exportada representava apenas 7% do total da produção mundial (OMC, 1947). Já em 2001, quando a última rodada de Rodada Doha da organização mundial de comércio foi lançada mais de um quarto da produção mundial foi transacionada internacionalmente na organização. Entre 1947 e 2001, o volume de transação tornou-se aproximadamente 22 vezes maior, englobando serviços e commodities e produtos manufaturados. (OMC. 2001).

De acordo com a Organização Mundial do Comércio, o acordo sobre Agricultura da *Rodada Uruguai* exclui os produtos da pesca de sua discussão. Significa dizer que o comércio de produtos da pesca continua com as regras antigas desta organização, que se aplicam aos demais produtos não agrícolas, ou seja, continuam como produtos industriais, pois para a referida entidade, o comércio de produtos da pesca é diferente dos produtos agrícolas, e não é um dos temas obrigatórios e urgentes para as negociações comerciais e multilaterais.

Mas, muitos países vêm questionando esta controversa decisão envolvendo os produtos da pesca, que hoje é um dos grandes mercados e a cada ano se supervaloriza, incluindo também uma série de questões relacionadas, como por exemplo, os subsídios no setor e as legislações com meio ambiente que estão sendo intensamente debatido em vários fóruns Internacionais, incluído o comitê da OMC sobre o comércio e o ambiente (CTE).

Em vista disso, há grande expectativa de que a próxima rodada pode incluir o comércio internacional de peixe e produtos da pesca. O peixe continua a ser um dos alimentos mais comercializados a nível mundial, tendo atingido o valor de cerca de 130 mil milhões dólares em 2012, esse número continua aumentar (FAO,2012). Fala-se que os oceanos são fundamentais para a vida na Terra não somente por serem importantes para o equilíbrio climático e produção de oxigênio, mas também como fonte de alimento (proteína) para a população mundial. (FAO. 2000).

O ecossistema terrestre possui recursos finitos e que precisam ser bem gerenciados e corretamente explorados. Sendo assim, analisaremos uma subdivisão da ONU, especializada em Direito do Mar e que também atua para a proteção desse importante ecossistema e de sua biodiversidade mundial. Segundo a FAO (2012) atualmente existem certas zonas pesqueiras mapeadas, onde se sabe que há grande concentração de alimento. Essa delimitação, esse mapeamento foi por anos fruto de muita disputa entre os diversos países para a efetiva normatização do mar territorial e, por conseguinte, a proteção da sua pesca e de seus recursos marinhos. Para a FAO, existem atualmente, muitas zonas pesqueiras mapeadas, onde se sabe que há grande concentração da riqueza marítima. Essa delimitação foi por muito tempo fruto de muita disputa entre diversos países para a efetiva normalização do mar territorial e, proteção da sua pesca e de seus recursos marinhos.

A humanidade tem caminhado lentamente em rumo ao progresso ambiental por causa das mudanças climáticas que ocorrem no globo, em termo de legislação e proteção ambiental ainda muito lento e tardio mais esta caminhando cada vez mais nesse sentido. Licenças para pesca no território dos outros países e por isso acabam não tendo barreiras tarifárias, e já pesca artesanal de pequenos portes são regulamentados por leis nacionais ou regionais.

Mas esses mercados são relacionados de acordo com os princípios e práticas de acordos do comércio Internacionais. A Organização Mundial do Comércio é a principal organização internacional que trata das regras do comércio entre países afilhados. Sua principal função é assegurar concorrência justa e desenvolvimento dos fluxos de comércio e a transação das mercadorias. As disputas comerciais no acesso ao mercado aberto do setor da pesca estão condicionadas a fatores externos aos ecossistemas e às regras criadas pela própria organização.

Os produtos da pesca são atualmente tratados como produtos indústrias no âmbito da referida organização. As ações de países-membros individuais ou blocos comerciais estão se divergindo sobre a jurisdição de algumas regras vigentes da OMC. As medidas sanitárias e fitossanitárias, antidumping, subsídios e medidas compensatórias e barreiras técnicas ao comércio e as regras de origem do produto. O comércio internacional vem passando por profundas transformações nos últimos anos. 1947, o ano em que o Acordo Geral das Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado, a fração de mercadorias exportada representava apenas 7% do total da produção mundial (OMC, 1947).

Já em 2001, quando a última rodada de Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, foi lançada mais de um quarto da produção mundial, transacionada internacionalmente na organização. Entre 1947 e 2001, o volume de transações tornou-se aproximadamente 22 vezes maior, englobando serviços e commodities e produtos manufaturados. (OMC, 2001). O acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai exclui os produtos da pesca de sua discussão. Significa que o comércio de produtos da pesca continua com as regras antigas da OMC, que se aplicam dos demais produtos não agrícolas, ou seja, continua como produtos indústrias. O comércio de produtos da pesca, e diferente dos produtos agrícolas, e não é um dos temas obrigatório e urgente para as negociações comerciais e multilaterais.

Mas muitos países vêm questionando a controversa envolvendo os produtos da pesca, hoje é um dos grandes mercados e cada ano se supervaloriza, e uma série de questões relacionadas, por exemplo, são subsídios no setor e as legislações com meio ambiente que estão sendo intensamente debatido em vários fóruns Internacionais, incluído o comitê da OMC, sobre o comércio e o ambiente (CTE).

Em vista disso, há grande expectativa de que a próxima rodada pode incluir o comércio internacional de peixe e produtos da pesca. O peixe continua a ser um dos alimentos mais comercializados a nível mundial, tendo atingido o valor de cerca de 130 mil milhões dólares em 2012, esse número continua aumentar. Uma tendência importante é grandes aumentos de participações dos países em desenvolvimento no mercado pesqueiro.

Em 2012 representava apenas 54% do total da exportação e licenças da pesca 60% em volume peso vivo (FAO.2016).

3.2.3 Pesca industrial e Artesanal

A pesca era inicialmente uma atividade de pequena escala, aumentou rapidamente com a chegada da Revolução industrial. Ela introduz mecanismo e substancial modificados na tecnologia de exploração dos recursos e nos mercados de consumo.

A implementação de máquinas e novas tecnologias permitiu a larga utilização da rede de arrasto de fundo do mar, por outro lado, as modificações no armazenamento e distribuição, colocaram ao alcance dos consumidores mais afastados da costa de um produto perecível que anteriormente, só podia ser consumido fresco. (CASTELO, 2007).

Figura 3 -Barco de pesca Industrial da Coréia do Sul



Fonte:Gbissau.com

De acordo com (CASTELO, 2007) A pesca artesanal tem um papel muito importante na subsistência da grande maioria da população guineense, oferecendo empregos permanentes para grande parte da população, um dos grandes setores que contribuindo para o Produto Interno Bruto (PIB) da economia, e fornecendo proteína animal indispensável.

A produção anual de peixes em todas as regiões da Guiné-Bissau é estimada em 85 mil toneladas, das quais aproximadamente 20,4 mil toneladas (24%) provêm da pesca artesanal, constituída, em sua grande maioria, por espécies estuarinas, e representando aproximadamente 62% do pescado consumido no mercado interno a uma taxa de 26 kg. (Por habitante ao ano), contribuindo assim para a segurança alimentar. O salário dos pescadores artesanais varia em função da categoria a que pertence pescador experiente ou aprendiz. No caso do Porto de Pesca de Bissau (Alto-Bandim), em geral, os pescadores das pirogas, em número de 5 a 8 por embarcação, recebem um salário mensal de U\$ 160,47 enquanto o responsável pela pesca recebe de U\$ 275,08 a 343,86 por mês de toda a venda de pesca.

A rápida expansão da pesca industrial levou a um declínio de 30% da abundância de pescado no Mar do Norte já na última década do século XIX (CASTELO 2007).

O Japão fez pela primeira vez o acordo para financiamento de donativo a pesca artesanal Guineense em Março de 1992 no valor de 205 milhões de Yenes (FAO LIBRARY, 1993) Tais donativos são constituídos por vários materiais de pesca e transporte de pescados artesanais, veículos, equipamentos para radio, motores para pirogas, duas estações de fábrica de gelos para conservação impulsionaram crescimento na produção e aumento no número de pescadores. A Pesca é um dos setores mais importante da economia da Guiné-Bissau emprega uma grande parcela da população dos pais setor da pesca industrial não oferece um número considerável de emprego aos pescadores guineenses, comparado ao setor da pesca artesanal. Porém, apresenta um maior retorno financeiro devido aos acordos firmados com os parceiros de Guiné-Bissau. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

Figura 4 – Pescadores Artesanais



Fonte: google.foto.com

4. ÁFRICA E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DA PESCA

O continente Africano possui quase 900 milhões de habitantes, cerca de 14% da população mundial e a maior taxa de crescimento demográfico 2,3% ao ano, no período de entre 2005 a 2010, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP, 2000) e registra taxas anuais de natalidade de 4,0 e de mortalidade em 2,0%.

Os Países Africanos faturam U\$S 4,4 bilhões por ano com exportações de produtos do mar, segundo documento divulgado no 8ª Fórum para desenvolvimento da África.

Em toda África o consumo de Peixe e produtos do mar representa apenas metade da média mundial que é de 16 quilos por pessoa por ano e consumo mínimo recomendado no mínimo de 12 quilos por ano (OMS 2000).

De acordo com FAO 2014, o consumo mundial *Per Capita* médio de peixe chegou a ultrapassar, pela primeira vez, 20 kg por ano.

Segundo o Relatório, em 2014, o volume mundial da pesca atingiu os 93,4 milhões de toneladas incluindo a captura recorde de quatro grupos de espécies de grande valor comercial e risco de extinção como o Atum, Lavagante, Camarão e cefalópodes.

A maioria dos países Africanos funciona com licença para pesca no seu território marítimo. Com isso diversos países são autorizados para pescar durante um período de tempo e os maiores países mais desenvolvido

Organização das Nações Unidas (ONU) – vê-se que há, dentro dos assuntos jurídicos da ONU, há uma divisão especializada em Direito do Mar, assim como há uma organização especial ligada a ONU, a FAO, que tem como objetivo erradicar fome e insegurança alimentar no mundo, também atua para proteção desse importante ecossistema e de sua biodiversidade mundial. Existem atualmente, certas zonas pesqueiras mapeadas, onde se sabe que há grande concentração de alimento. Essa delimitação, esse mapeamento foi por anos fruto de muita disputa entre os diversos países para a efetiva normatização do mar territorial e, por conseguinte, a proteção da sua pesca e de seus recursos marinhos. Segundo a FAO, existem atualmente, muitas zonas pesqueiras mapeadas, onde se sabe que há grande concentração da riqueza marítima. Essa delimitação foi por muito tempo fruto de muita disputa entre diversos países para a efetiva normalização do mar territorial e, proteção da sua pesca e de seus recursos marinhos. A humanidade tem caminhado lentamente em rumo ao progresso ambiental por causa das mudanças climáticas que ocorrem no globo, em termo de legislação e proteção ambiental ainda muito lento e tardio, mas está caminhando cada vez mais nesse sentido.

4.1 Leis nacionais sobre a pesca

A Guiné Bissau não tem uma legislação específica para pesca de acordo com INTCHAMA (2010). Desde a década de setenta, mais especificamente por volta de 1978, a Guiné-Bissau, começou a usar regime de Licença para Pesca em suas águas territoriais. Desde então, as licenças foram emitidas em sua grande maioria, para as frotas Industriais da União Soviética, que era o parceiro mais importante da Guiné-Bissau na época Colonial e teve com este país, relevante papel na guerra contra colonialismo português.

Segundo dados de missão da pesqueira da União Soviética, os seus barcos industriais extraio entre 1981 a 1990 aproximadamente 130 x 10 t/ano, com uma receita em torno de U\$\$ 2,5 milhões/ano (PAGRM/MP, 1996).

Com o fortalecimento das relações diplomáticas com países da Europa, Ásia e África, Guiné-Bissau firmou um conjunto de acordos no setor pesqueiro, o que possibilitou a substituição lenta da frota da Rússia (antiga União Soviética) pelas frotas da União Europeia e dos países asiáticos, que exploram diferentes estoques de crustáceos, moluscos e peixes na ZEE do País. Os primeiros acordos entre o governo da Guiné-Bissau e a União Europeia em 1983, foi no valor de 13 milhões de Francos Franceses, desde então tal acordo vem se renovando depois de vencimento até data recente.

Figura 5 - Pescarias Industrial de Arrasto no mar da Guiné-Bissau



Fonte: Google imagem Arrasto na plataforma continental da Guiné-Bissau

A falta de planos anuais de gestão de recursos marítimos tem sido um dos grandes problemas com os quais o País se depara. As medidas de conservação são constantemente comprometidas pela excessiva pressão exercida sobre os recursos pesqueiros. Hoje nota-se uma preocupação por parte dos representantes da União Europeia, através do seu departamento que coordena a política pesqueira na Guiné-Bissau, obrigando o país a tomar precauções, uma vez que os estoques dos principais recursos pesqueiros estão diminuindo de forma drástica. (TÈ, 2005).

4.2 História e estrutura econômica de Guiné-Bissau

Antes da chegada dos Europeus, a região da atual Guiné-Bissau constituía-se em uma parte do Reino de Gabu, tributário do Império Mali, ao qual esteve vinculado até o século XVIII. Segundo os escritos e as crônicas da época (Província da Guiné, 1972), os primeiros contatos travados entre os habitantes originais da Guiné e os europeus foram no século XV. UNESCO (1983).

O primeiro navegador e explorador europeu a chegar à costa da atual Guiné-Bissau foi o português Álvaro Fernandes, em 1446. Por consequência da conquista, “invasão”, choque ou encontro e desencontro de civilizações na África, nasceram duas subjetividades: uma nativa e outra estrangeira, a europeia. Entre o fascínio e o horror, passaram a dividir o continente africano e, dessa divisão, nasceu o espaço que hoje chamamos de República da Guiné-Bissau. Guiné Portuguesa era o nome da atual Guiné-Bissau, colônia portuguesa desde 1446 até a data da independência, 10 de Setembro de 1974. A Guiné-Bissau é um dos Países mais pobres do mundo, que depende essencialmente, da pesca e agricultura e da ajuda externa para complementar o seu orçamento de estado.

O principal produto nacional, a castanha de caju, teve grande demanda internacional, por isso houve grande aumento do cultivo e a Guiné Bissau fez com que o país alcançasse o sexto lugar no ranking de produção do Caju, sendo esta, a atividade que proporciona maior rendimento às famílias e comunidades rurais e também é o produto mais exportado do país PNUD publicado em 2009, por isso o desempenho neste setor dependente da situação econômica global, principalmente a Índia e a China uma das maiores compradores da castanha do País.

4.2.1 Períodos colonial e pós-colonial

De acordo com FERNANDES (2009), O domínio português na Guiné Bissau começou no século XVI, quando colonos estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu. A região passou a ser um importante centro de comércio de africanos, como tráfico de escravos. Em 1687, os portugueses criaram um posto comercial em Bissau, cujos interesses foram disputados entre franceses e britânicos. E a Guiné Bissau e o primeiro País Africano da Língua Portuguesa (PALOP) que começou a sua luta pela Independência. Em 1956, surge um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e tinha como objetivo lutar pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o partido era liderado pelo Amílcar Cabral e aluta durou exatos 11 anos depois do início. Em Setembro de 1973, o partido reclama uma República e busca o reconhecimento internacional (Teixeira, 2008).

De acordo com Teixeira (2008), em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o status político “de país livre”.

Independência levada a cabo pelo Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viu frustrada a sua conquista seis anos depois. Frustração essa materializada na primeira experiência de golpe de Estado em 1980, marcado pelas subdivisões no seio do partido. Segundo Fernandes (2009) o golpe de Estado foi liderado pelo então comissariado da República na época ou primeiro-ministro, João Bernardo Nino Vieira, pondo fim à unidade dos dois povos: Guiné-Bissau e Cabo Verde, o maior sonho de Amílcar Cabral, seu principal mentor.

Esse contexto levou a uma grande transformação a nível internacional a partir de 1991. Apesar da abertura democrática com surgimento de novos partidos políticos e as primeiras eleições democráticas para presidência da república só tiveram lugar em 1994. Depois de 18 anos no poder, dez em mono partidarismo e oito com abertura política e consequentemente, realização das primeiras eleições gerais, o governo de (PAIGC), dirigido pelo ex-presidente Nino Vieira, teve períodos marcados por instabilidade política e abuso do poder.

O apelo dos políticos à luta de libertação nacional, conjugados a união e lealdades étnicas tornou-se assim, um recurso usado como estratégia em períodos de instabilidade com a finalidade de obter apoio da população no momento das eleições. A instabilidade no país tem evidenciando mudanças drásticas a nível socioeconômico e político-cultural.

Desde a independência em 1973 até mais recente em 2012, o país conheceu sete Presidentes que não conseguiram completar a sua legislatura por causa dos fatores que envolvem cadeias de lealdades étnicas e uso arbitrário da força e abuso do poder. (JÚNIOR, 2009).

4.2.2 Situações Social IDH e Demográfica e Distribuição da População por Região

A sua superfície é de 36.125 km² e hoje a sua população está estimada em mais de 1,5 milhão de habitantes (INEP, 2009), com uma taxa média anual de crescimento populacional de 2,3%. A densidade habitacional média é de 30 habitantes por km².

O território da Guiné-Bissau é plano na sua totalidade, com exceção do sudeste do país, isto é, na zona de Boé, com seu ponto mais elevado de quase 205 metros acima do nível médio do mar, formando uma elevação em direção às montanhas. O país possui duas estações destacadas: uma seca e outra chuvosa.

O País se encontra dividido administrativamente em nove (9) regiões, a saber: Bafatá, Biombo, Setor Autônomo de Bissau, Bolama-Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará e Tombalí

Cada região está subdividida em setores, num total de trinta e oito (38), que por sua vez se estruturam em tabancas ou aldeias, calculadas em mais de três (3) mil. Em frente ao território continental fica o arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de 88 ilhas de vegetação tropical densa, separadas do continente pelo canal do rio Geba. O país tem numerosos rios, dos quais Cacheu, Mansoa e Geba são os mais importantes. Esses rios percorrem todo território e são as melhores vias de penetração para o interior. (SÁ, 2008).

Segundo (DJALO, 2010), os dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Guiné-Bissau, de 2004, compilados na figura 5, a seguir, pode-se perceber a grande concentração populacional entre 5 regiões administrativas, que compreendem 82% de toda população. As maiores cidades, sob o critério populacional, seriam Bissau, Bafatá, Oio, Gabú e Cacheu.

Figura 6: Mapa Guiné-Bissau – Divisão político-administrativa por região.



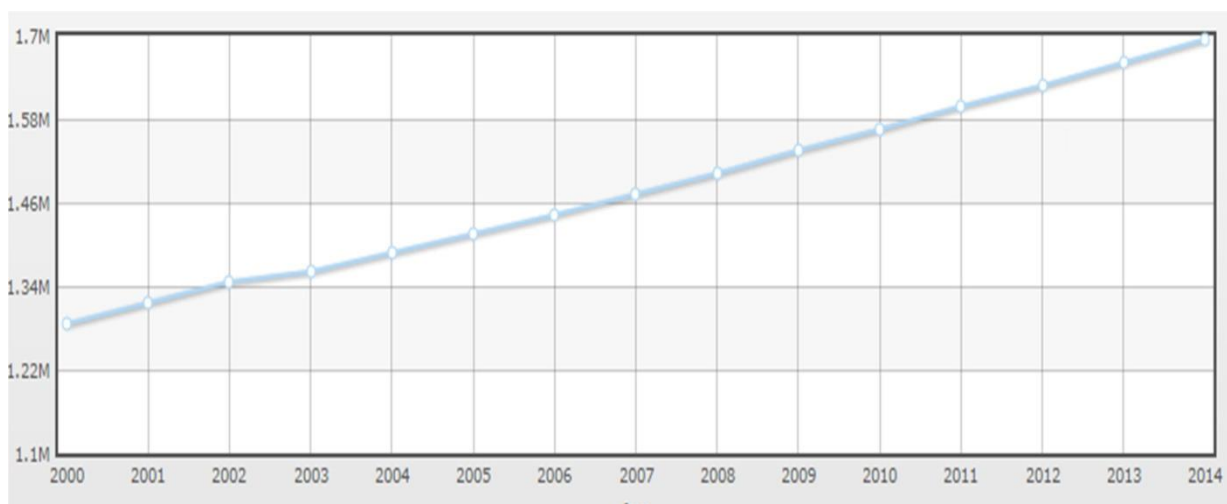
Fonte: gbissau.com 2017.

A situação socioeconômica da Guiné-Bissau configura-se como a de qualquer país pobre do mundo, que depende da ajuda externa para assegurar a balança comercial e de pagamento. A maioria dos guineenses vive de agricultura de subsistência, que ocupa cerca de 90% da força de trabalho e tem como os principais produtos o arroz, a castanha de caju. Djalo (2010). No contexto socioeconômico atual, a Guiné-Bissau caracteriza-se pelos baixos rendimentos de arrecadação dos impostos, corrupção, tráfico de drogas, assim como pela degradação do desenvolvimento humano, segundo índices do (PNUD, 2009).

O país encontra-se na 173ª posição entre os 182 países recenseados na ONU Índice do Desenvolvimento Humano - IHD. A população é formada por diferentes grupos étnicos, a nação compõe-se de mais de trinta etnias, sendo as principais: Balanta (30%), Fula (20%), Manjaco (14%), Mandinga (13%), Papel (7%) e outros (16%).

A religião predominante é o animismo, estimando-se em 54% da sua população, seguido da religião muçulmana (islamismo) com cerca de (38%) da população. Há, ainda um reduzido número de cristãos (católicos e protestantes), 8% (BANCO MUNDIAL, 2000).

Gráfico 4 - Evolução do IDH na Guiné-Bissau de 2000/2014



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD

A situação socioeconômica e política, das regiões são precárias, efetivamente. A maioria da população economicamente ativa (PEA) do país não dispõe das qualificações nem de um emprego formal, vivem numa economia de subsistência e ainda é muito praticado economia de escambo. Segundo BAD (2005), 64,5% da população do país vivia nas zonas rurais, 35,5% nas zonas urbanas. (SÁ, 2008).

De acordo com DJALO 2010, Produto Interno Bruto (PIB) foi de U\$ 461,2 milhões e o PIB per capita de U\$ 264 em 2008⁶. No contexto socioeconômico atual, a Guiné-Bissau caracteriza-se pelos baixos rendimentos e degradação do desenvolvimento humano, segundo índices do PNUD (2009). O país encontra-se na 173ª posição entre os 182 países recenseados na ONU (2009). O Índice do Desenvolvimento Humano - IDH é de 0,396 em 2009, segundo o relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD, publicado em 2009.

Tabela 3 - Indicadores Socioeconômicos da Guiné-Bissau (2004-2008)

Principais Indicadores Socioeconômicos da Guiné-Bissau

Indicador	2013	2014	2015⁽¹⁾	2016⁽¹⁾	2017⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,82%	2,54%	4,70%	4,80%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,03	1,11	1,04	1,12	1,21
PIB nominal "per capita" (US\$)	604	639	582	614	650
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,43	2,53	2,68	2,84	3,03
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.430	1.457	1.506	1.561	1.631
População (milhões de habitantes)	1,70	1,74	1,78	1,82	1,86
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,09%	-0,09%	2,00%	2,50%	2,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,35%	-1,18%	-3,50%	-4,56%	-5,33%

Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	43,9%
Indústria	13,6%
Serviços	42,5%

Fonte: Economist Intelligence Unit, Country report January 2009 - Divisão de Informação, com base em dados do FMI- Direction of Statistics, CD May 2009.

Com relação à estrutura econômica do país, Guiné-Bissau é dominada por três setores, como já foi citado, pela agricultura de subsistência, em especial o cultivo do arroz (produto mais produzido e consumido no país), que constitui a base de alimentação da população. O principal produto de exportação é a castanha de caju (90% das receitas de exportação, representando 12% da produção mundial, sendo o país, hoje, o sexto maior produtor mundial (SÁ, 2008). A indústria pesqueira tem registrado um crescimento rápido e aumento do seu peso enquanto fonte de receitas com venda de licença para pesca Industrial para países mais desenvolvidos. A manufatura, de sua parte, está limitada ao processamento de matérias- primas e à produção de bens de consumo básico. Ainda há reservas de bauxitas recém-descobertas de fosfato não explorado e um forte indício da existência de petróleo nas zonas insulares (DJALO,2010).

5. ATIVIDADE PESQUEIRA, EXPORTAÇÃO E REGULAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU.

Segundo INTCHAMA (2010) a atividade pesqueira na Guiné-Bissau, ainda antes da independência ocorrida em 1970, era apenas um único sistema de produção artesanal, com métodos primitivos da pesca, apresentando características de atividade de subsistência. As atividades pesqueiras são uma das formas mais tradicionais de exploração de recursos naturais na Guiné-Bissau e emprega direta ou indiretamente milhares de pessoas, principalmente do sexo feminino que atuam como intermediárias entre os pescadores e os consumidores, chamadas de “Bideiras”.

Hoje a pesca Artesanal continua sendo realizada de forma tradicional, lançamento de rede e por canoas de madeiras que podem ser de dois tipos, motorizadas ou movidas a remo ou vela. O tamanho das canoas motorizadas varia entre 10 a 15 metros de comprimento total, com potência de motor entre 14-40HP e conseguem ir muito mais longe da costa para pescar. A canoa a remo ou a vela varia entre 7-7 metros de comprimento total (Silva et al., 1991).

O segmento da pesca artesanal é grande em números de mulheres que praticam essa atividade tanto na pesca como também coleta de moluscos bivalves durante a baixa maré. Além disso, a participação destas ainda é verificada no setor de transformação do pescado, tais como salga e defumadas (SILVA et al., 1991).

5.1 O potencial exportador de Pescado na economia da Guiné-Bissau.

Em 2011, as exportações tiveram como principais produtos Lagostas, Extratos e Sucos, Outros Peixes Congelados, Outros Produtos – Ração, Conservas de Atuns, Pargos Congelados e Outros Peixes Frescos Tabela 4. Estas categorias totalizaram 65% do valor exportado e 47% do volume vendido. Segundo relatório da (FAO, 2008), destaca-se o item “Lagostas (Congeladas – exceto inteiras)”, que corresponde a 25% do valor total das exportações e a 5% das quantidades vendidas. É importante ressaltar que esse produto é exportado congelado “in natura” através de contratos de licença (para empresas internacionais de pesca) ou exportado depois de um processo de defumação – o qual resulta em perda de valor do produto e tem destinação países próximos a Guiné-Bissau. Por estas razões acredita-se que o estímulo aos investimentos privados e locais, notadamente para criar pequenas e medias empresas de transformação poderia incrementar a agregação de valor e gerar exportação, emprego e renda.

Tabela 4 - Potencial de Captura de Espécies

ESPÉCIE	POTENCIAL DE PESCA
Demersal	50.000 toneladas
Camarão	5.000 toneladas
Cefalopes	4.000 toneladas
Atum	5.000 toneladas
Pequenos pelágicos	100.000 toneladas

Fonte: Elaboração própria do autor.

O setor da pesca tem grande contribuição para o equilíbrio do Produto Interno Bruto (PIB), que já na década passada girava em torno de 3% a 4% entre 1991 e 1997(PMA, 2000).

Trata-se de um dos maiores recursos, não só pela contribuição para a segurança alimentar das populações, como também do ponto de vista das exportações e da geração de divisas para o País. O porto de Bissau é o principal porto do país, cobrindo 85% dos fluxos comerciais. Este porto encontra-se num estado de degradação avançado. As tarifas são elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga).

A entidade que gere as operações portuárias, não dispõe de fato de autonomia de gestão e de meios financeiros. Tentativas anteriores para resolver estes problemas falharam. A Autoridade Portuária (APGB) enfrenta enormes desafios operacionais, recursos humanos e financeiros que podem ser resolvidos apenas com um plano de reestruturação e de modernização a médio e longo prazo.

O referido plano deve abranger investimentos para a reabilitação das principais infraestruturas portuárias e as necessidades de aperfeiçoamento dos recursos humanos; assim como, o estatuto jurídico do porto. A médio prazo, será necessário o envolvimento do setor privado na gestão do porto a fim de gerar os investimentos necessários em infraestruturas e mobilidade no País.

Figura 7 - Barco de Exportação atracado no Porto da Guiné-Bissau



Fonte: Pnn.com

A costa da Guiné-Bissau (Figura 1) tem cerca de 280 km de extensão, com numerosos estuários, entre os quais se destacam os dos rios Cacheu, Geba, Cacine, Mansoa, Corubal e Tombali, bem como muitos canais, alguns destes navegáveis por embarcações de grande porte (SILVA et al., 1991). O país conta ainda com o Arquipélago de Bijagós, formado por diversas ilhas de origem vulcânica, e seus redores com vasto manguezal que favorece alta diversidade de habitats marinhos, o qual oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes.

As informações disponíveis no relatório Anual de Gestão de Recursos marítimas, preparado pelos técnicos do Ministério das Pescas, mostram o potencial máximo de captura de camarões peneídeos, nas águas costeiras do País, estimado em torno de 5×10^3 t / ano, gerando algo em torno de US\$.30 milhões. CLAUDI (1992). Isso mostra o grande potencial econômico que a Guiné-Bissau dispõe para esse setor, apesar de instabilidade política e recorrente alteração de ordem constitucional, ainda o mercado é muito promissor com diversidade de recursos Marítimos. O país conta ainda com o Arquipélago de Bijagós, formado por diversas ilhas de origem vulcânica, e seus redores com vasto manguezal que favorece alta diversidade de habitats marinhos, o qual oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes. E a terceiro conjunto de instrumentos regulatórios é composto por regulamentos e normas técnicos que delimitam quando, onde e como a pesca pode ser praticado. Tais regulamentos são essenciais para a conservação e incluem proibições relativas às devoluções de peixes, bem como as áreas protegidas (OLIVERT-AMADO, 2008).

5.2 Comércio exterior da Guiné-Bissau - Aspectos históricos

Analisando o comércio internacional da GB, verificamos que o mesmo encontra-se numa fase ainda muito primária, com características predominantemente agrícolas, com a comercialização de produtos não manufaturados, como base de sua economia. Durante o período colonial a Guiné-Bissau servia como entreposto comercial para os colonialistas portugueses através de exportações.

A Guiné-Bissau exporta peixe e mariscos e grande quantidades de amendoins, e troncos da Madeira. O arroz é principal colheita e o alimento mais importante para a população Guineense. J. FERNANDES (2009).

A exploração econômica externa, baseada no comércio e na navegação, era livre até 1443. A partir desta data, o comércio transformou-se em monopólio das grandes potências colonizadores que detinha grande poder militar e tecnologia de navegação, embora os particulares pudessem participar com autorização, mediante o pagamento de um quinto sobre as mercadorias transportadas. KIPP (1994).

Nos séculos XVI e XVII não teria havido alterações substanciais no comércio externo da Guiné, pelo menos até a proibição do comércio de escravos. Os principais produtos trocados na Guiné nesse período passaram a ser açúcar, ouro da Mina, malagueta e marfim, uma vez que fora proibida a escravatura a partir de Dezembro de 1836, embora continuasse a haver tráfico clandestino. Mas foi apenas no dia 23 de Fevereiro de 1869 que Portugal determinou a libertação dos escravos em todo o território português, embora de forma gradual até 29 de Abril de 1878. O primeiro país europeu a abolir a escravatura foi a Dinamarca em 1792, os ingleses fizeram-no em 1807 e os americanos em 1808. Portugal só em 1815 iniciou a abolição da escravatura no Brasil, através de um tratado com os ingleses, restringindo o comércio escravocrata. KIPP (1994).

A Guiné Bissau logo nos seus primeiros anos da sua independência, experimentou duas visões econômicas as duas fases distintas: a “Socialista”, de 1974 a 1981, e a “Liberal” que se seguiu 1981 até aos nossos dias. SILVA (2015).

Depois de longos anos da luta armada que levou a sua independência em Setembro de 1974, para se desvincular com regime colonialista a Guiné-Bissau decidiu criar a sua própria moeda nacional, o Peso guineense, substituindo a moeda que era usada até então pelos colonialistas portuguesas, o (Escudo Português), através de uma grande reforma estrutural e monetária feita a partir de Março de 1976 nesse processo, foi criado o “Banco Nacional da Guiné” (BNG), que teve como finalidade de controle de políticas monetárias do País (Banco Central).

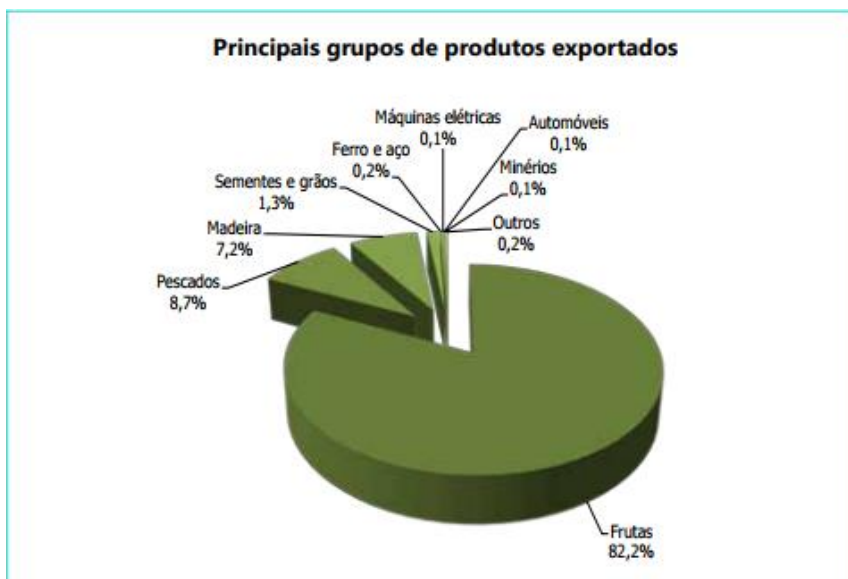
5.2.1 Abertura Econômica da Guiné-Bissau

Segundo Vaz (2015), nos primeiros anos da Independência da GB optou-se pelo modelo de gestão da economia centralizado, através da política estratégica de crescimento econômico, baseado em investimento total público, financiado em grande parte através de endividamento externo. Tais políticas conduziram a recorrentes desequilíbrios internos e externos, as finanças públicas registraram déficits significativos que foram financiados através BNG quando este era ainda, em simultâneo Banco Central e Banco Comercial com poderes de emitir notas e moedas, assim como, desvalorizar da moeda para melhorar a competitividade da economia. Esta política resultou numa inflação forte e persistente com uma taxa média superior a 50%, diária, a dívida externa aumentou muito e se tornou insustentável e as reservas externas tornaram-se cada vez mais escassas.

“Frente esta, situação o governo precisava tomar algumas medidas para contornar situação em Novembro de 1986, o Governo da GB aprovou o Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), por um período de sete anos, isto é, até 1993 com etapas de estabilização (1987-89) tendo em vista restituir os equilíbrios macroeconômicos, internos e externos e a etapa de desenvolvimento autossustentado (1990-1993). Pretendia-se a redução do papel do Estado, a liberalização do comércio interno, terminando com o monopólio estatal nas atividades comerciais, e a racionalização do investimento do Estado, reestruturação e privatização”. (CRUZ, 2007; SANGREMAN; SOUSA; BARROS, 2006).

Os setores de produção manufaturados para exportação foram os mais atingidos após a implementação do PAE. De 1988 a 1993 a inflação elevada manteve-se igual à desvalorização, não se conseguindo diminuir as importações nem tão pouco estimular as exportações.

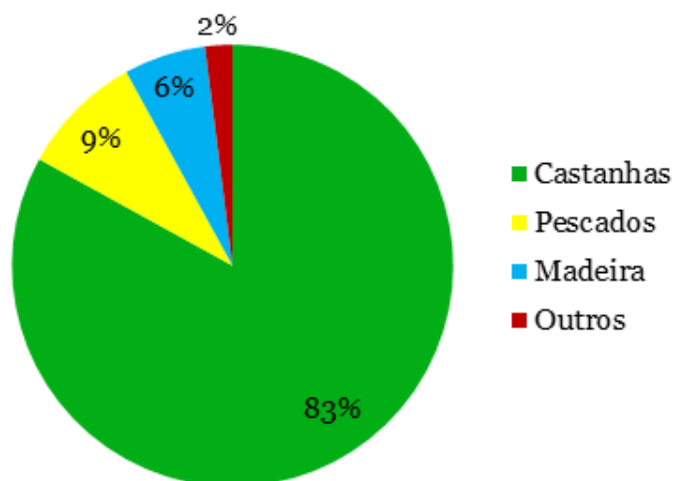
Gráfico: 5 – Principais produtos importados na Guiné-Bissau.



Fonte: Ministério da Finanças da G.B

A Guiné-Bissau é a 171ª maior economia de exportação no mundo. Em 2015, exportou US \$ 276 Milhões e importou US \$ 283 Milhões, resultando em um saldo comercial positivo de US \$ 6,74 Milhões. Em 2015, o PIB da Guiné-Bissau foi de US \$ 1,06 Bilhões e seu PIB per capita foi de US \$ 1,46 Milhares (TRADING ECONOMIST). As exportações principais produtos de exportação da Guiné-Bissau são castanha de caju (\$232 Milhões), peixe congelado (\$21,5 Milhões). A seguir, outro pequeno gráfico adaptado pelo autor deste trabalho, sobre os principais produtos exportados, dando ênfase especial aos produtos derivados do caju, como as castanhas, tendo o setor de pescas, ocupado somente 9% na economia nacional no ano de 2015.

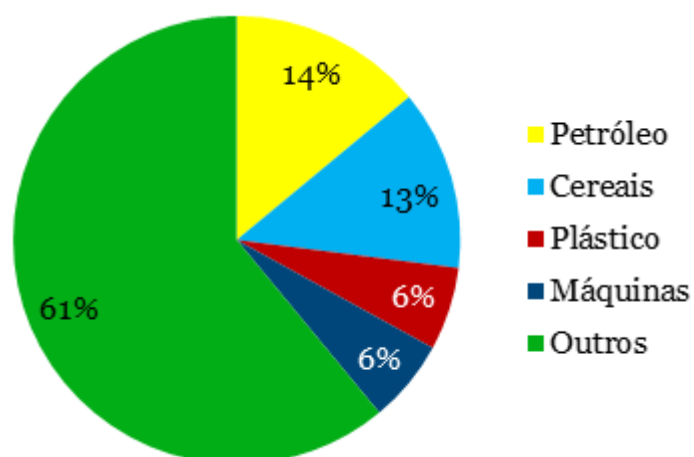
Gráfico: 6 Principais produtos exportados – Guiné-Bissau 2015.



Fonte: Internacional Trade Centre (2017). Adaptado pelo autor.

Por outro lado, abaixo na figura 9, temos os principais produtos importados para a Guiné-Bissau. Percebemos a grande variedade de produtos, representado pela cor verde (outros) que designa basicamente produtos para uso diário da população e das escassas indústrias existentes.

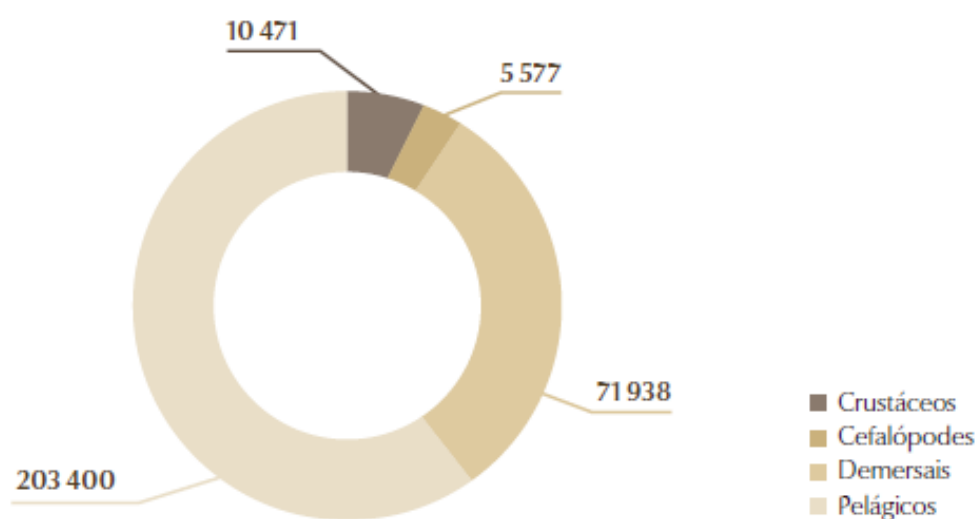
Gráfico: 7 Principais produtos importado – Guiné-Bissau 2015.



Fonte: Internacional Trade Centre (2017). Adaptado pelo autor.

Outro aspecto relevante e extremamente importante de ser citado corresponde ao número total admissível de captura de espécies marinhas, conforme nos demonstra o quadro abaixo:

Gráfico: 8 – Total de capturas admissíveis na Guiné-Bissau



Fonte: Centro de Investigação Pesqueira Aplicada, Plano de gestão das pescas para o ano de 2015, dezembro de 2014.

Legenda: Toneladas de Peixe do Total Admissível de Captura (TAC).²⁷

Percebe-se, portanto, a maior quantidade e intensidade de capturas, com relação aos pelágicos, ou seja, que vivem geralmente em cardumes, nadando livremente a coluna de água, como atum, anchova e diversas espécies de tubarões.

5.2.3 Blocos Comerciais

A República da Guiné Bissau face às dificuldades económicas, com inflação muito alta e a queda nas exportações, bem como a crise do capital financeiro mundial, resolveu fazer parte de blocos comerciais da sub-regional africana, objetivando ter acesso aos mercados desses países para exportação e importação.

5.2.4 A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDEAO)

É importante citar alguns destes referidos blocos, enfatizando os mais importantes para a economia da Guiné-Bissau. Dentre eles o CDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, cuja sigla em Inglês – ECOWAS, foi criada oficialmente em 28 de maio de 1975. SILVA (2015). Representantes de 15 Estados da África Ocidental - Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo assinaram o tratado de criação da Comunidade em Lagos, Nigéria por quinze Estados. Cabo Verde foi integrado em novembro de 1976, totalizando então 16 Estados-membros, e depois voltou reduzir a 15 membros após a saída da Mauritânia em 2002. A sede atualmente localiza-se em Abuja, Nigéria,

Figura 8: Mapa ilustrativo dos países da CEDEAO



Fonte: journaldumali.com

5.2.5 união econômica e monetária do oeste africano (uemoa)

A União Monetária do Oeste Africano (UMOA) foi criada no dia 14 de novembro de 1973 entre Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Níger, Senegal e Togo, todos membros da antiga África Ocidental Francesa. O Tratado da Constituição foi concluído inicialmente entre a Costa do Marfim, o Daomé (atual Benin), o Alto Volta (atual Burkina Faso), a Mauritânia, o Níger e o Senegal. O Mali, que tinha assinado o tratado, não ratificou.

Em novembro de 1973, o Togo aderiu a União ao passo e a Mauritânia retirou-se no final do mesmo ano e o Mali aderiu-a em 1984. Vale a pena ressaltar que a criação da UEMOA teve início no final da década de 1890, quando se uniram sete dos oito países da União Francófona (exceto a Guiné-Bissau) que não é da colônia Francesa, uma vez que os países da colônia francesa formam grande parte da África Ocidental.

Figura 10 - Mapa ilustrativo dos países da UEMOA



Fonte: journaldumali.com – 2017

5.2.6 Banco Central dos Estados da África Ocidental - BCEAO

O BCEAO é um estabelecimento público com sede em Dakar (Senegal) responsável pela política monetária dos oito Estados-membros da UEMOA. Foi Criado no dia 12 de maio de 1962, em todas as capitais dos Estados-membros tem uma agência nacional assim como um escritório de representação em Paris. O BCEAO tem apoiado a gestão da política monetária dos Estados-membros, a manutenção das contas do tesouro e a definição das leis bancárias aplicadas aos estabelecimentos financeiros da União.

Os objetivos do BCEAO são seguintes: “a emissão monetária, em todos os Estados-membros e gestão da política monetária definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juro que garantam a liquidez ideal dos países da UEMOA”. Bissau (2014).

Esta política visa ajustar a liquidez da economia em função da evolução da conjuntura econômica para garantir a estabilidade de preço e promover o crescimento econômico; a organização e supervisão da atividade bancária, definindo a regulamentação aplicável nos bancos e estabelecimentos financeiros; a assistência aos Estados-membros, a pedido dos respectivos governos nas suas relações com as instituições monetárias internacionais.

5.2.7 Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)

O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) foi criado pelo acordo de 14 de novembro de 1973, tem por objetivo promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados-membros e realizar integração econômica na África ocidental. Sob a direção do Conselho de Ministros da UEMOA, o BOAD é administrado por um Presidente e um Conselho de Administração. A nomeação do Presidente é feita pelo Conselho de Ministro da União por um período de seis anos renovável por mais um mandato, e tem como a função, fazer aplicar as disposições dos estatutos dos mesmos e das convenções concluídas pela instituição a que preside, assim como presidir o Conselho de Administração do BOAD e convocar as reuniões. O cargo da presidência deve ser rotativo de forma a chamar a esta função um cidadão de cada um dos países-membros da União. Na execução das suas atribuições, o Presidente é assistido por um vice-presidente que é nomeado pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos renováveis. O Conselho de Administração é composto pelo Presidente do BOAD, por um representante titular e um suplente nomeado por cada um dos Estados-membros e pelo Governador do BCEAO.

O Conselho de Administração responde pela decisão de aumento ou redução do capital do banco e aprova as decisões tomadas na participação do capital de empresas ou de instituições, assim como determina as regras gerais de atribuições e garantias consentidas pelo banco. Como banco de financiamento, o BOAD canaliza seus financiamentos para a construção de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e a melhoria das condições dos meios de produção; o estabelecimento de novas atividades; a elaboração e a apreciação técnica e financeira de projetos de desenvolvimento.

6. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PAÍSES DE ECONOMIA SIMILAR – GUINÉ-BISSAU E EQUADOR.

Para ilustrar nossa comparação, será feita uma pequena e breve análise comparativa entre a Guiné-Bissau e outro país com características sociais e econômicas similares, no caso, o Equador. País localizado na América do sul e com a economia altamente relacionada à atividade pesqueira.

6.1 O setor pesqueiro na economia equatoriana

Um marco para o setor pesqueiro do Equador, foi a assinatura em 18 de agosto de 1952, da Declaração de Santiago que estabeleceu sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas náuticas. A ZEE do Equador atualmente totaliza 276.840 km² (incluindo as Ilhas Galápagos). HIDALGO (2016).

A atividade pesqueira no Equador é dividida em duas modalidades principais: i) pesca industrial, e ii) pesca artesanal onde a pesca industrial é caracterizada por uma frota de alta potência de pesca, geralmente destinada à captura de uma única espécie, enquanto a pesca artesanal é realizada com uma frota diversificada e uma grande diversidade de espécies objetivas. O modelo de desenvolvimento da pesca no Equador pode ser considerado um benchmarking para outras economias pequenas em via de desenvolvimento.

O Benchmarking consiste no processo de busca das melhores práticas numa determinada indústria e que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e através do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar a forma como realiza a mesma ou uma função semelhante. O benchmarking traduz-se, então num processo através do qual se observa, aprende e melhora, podendo ser aplicado a qualquer área de atividade organizacional. Inclusive, tal processo poderia ser perfeitamente aplicado à pesca artesanal na Guiné-Bissau, tendo em vista o potencial econômico do país africano. A seguir, apresentaremos as características e as normas de regulação destes dois segmentos pesqueiros.

6.2 Produção de Pescado Artesanal

De acordo com Decreto Oficial do Parlamento Legislativo (2005) Art. 22.- A pesca artesanal é reservada exclusivamente para pescadores Nacional Art. 23.- O Ministério da filial através do o Subsecretário de Recursos Pesqueiros, promovera a organização dos pescadores artesãos em cooperativas ou outras associações que lhes permitem desfrutar da Assistência técnica, de crédito e outros benefícios legai. O Ministério da Previdência Social a provará, relatório favorável anterior da direção General da pesca, os estatutos das cooperativas ou outras associações pesca, artesanato e comunicar o particular para o Ministério da filial.

6.2.1 Lei de autorização de Pesca industrial

No Equador para se exercer a pesca industrial, é necessário uma autorização por acordo com Ministério da Pesca, baseado em um Decreto Presidencial, firmado em 2002 e retificado em 2007, que trata especificamente deste tema, com regulação e normatização da atividade. Aqueles que se dedicam à pesca industrial são obrigado, a manter propriedade físico para tratamento e descarga ou participar em grupo associação que disponham de galpão para descarga e tratamentos das suas capturas, os navios são obrigados a seguir normas da legislação equatoriana, tecnicamente equipado conformidade com os respectivos regulamentos do País.

Segundo o Artigo 26.- O Ministério da pesca indicará o quotas de construção, o número e o tipo de os navios das frotas pesqueiras de acordo com os respectivos regulamentos. A Direção da Marinha Mercante e a Litoral autorizarão a construção ou remodelação de embarcações de pesca, relatório favorável a legislação do Pais.

Para alguns autores como JIMENEZ. (2015) a atividade da pesca industrial está conectada diretamente uma indústria do processamento primário e secundário. Os navios chegam nos principais portos da pesca do país, onde estão conectados a terminais adequados para a sua descarga e entrada direta para as usinas de processamento ou a pescado é descarregada e transportada em veículos adequados com sistema frio para instalações de processamento.

6.2.2 Contribuição socioeconômica do setor pesqueiro

Com relação à produção de pescado, o setor pesqueiro no equador tem um valor altamente significativo tanto social quanto econômica, gera milhares de empregos diretos e indiretamente, destacando uma grande participação feminina e, ao mesmo tempo, gera divisas resultantes das exportações por mais de US \$ 540 milhões por ano. De acordo com o Relatório Anual do Banco Mundial (2016) as exportações de peixes e produtos do mar em 2016 foi de US \$ 2,9 bilhões, representando 12% do comércio total de mercadorias e ocupando o segundo lugar após o petróleo. O setor de pesca contribui, em média, com cerca de 7% do suprimento total de proteína animal. O consumo per capita estimado variou de 5 a 8 kg por ano durante a última década. BANCO MUNDIAL (2006).

Em relação ao PIB, o setor pesqueiro no equador representa 2 % PIB entre os produtos mais importantes que impulsionam o negócio da pesca, há peixes como tal, nas suas diferentes variedades.

Os números disponíveis para 2016 indicam que, entre os derivados de peixe (incluindo o camarão), o país exportou um total de USD 549,5 milhões mostrando um desempenho altamente positivo em relação ao ano anterior. BANCO CENTRAL DO EQUADOR (2016).

No comércio exterior equatoriano, a importância dos produtos da pesca também aumentou nos últimos anos, de modo que a exportação de peixes e outros produtos da pesca é o terceiro maior item nas exportações equatorianas, após o petróleo e frutos silvestres, o primeiro e o segundo produto mais exportado, respectivamente. Em 2008, as exportações de produtos da pesca totalizaram US \$ 1 516 milhões, representando 12,2% das exportações totais do Equador e um aumento de 16,8% em relação às exportações de produtos da pesca em 2007.

Entre janeiro e outubro de 2010, os produtos primários representaram 71,5% das exportações totais no período, sendo os mais significativos: o petróleo, com 46,3%, as bananas com 26,2% por cento, camarão com 7,4 por cento, flores com 8,7 por cento, entre os itens mais relevantes.

7. IMPACTOS DA PESCA ARTESANAL NA POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

O presente capítulo pretende discorrer sobre a problemática dos impactos da pesca artesanal junto à população guineense, sob o prisma social, econômico e político, bem como no âmbito ambiental, que não está dissociado dos demais aspectos.

Nesse sentido, sabemos que a pesca artesanal, desde os primórdios, é uma atividade responsável pelo sustento de grande parte da população mundial, atualmente, vem enfrentando momentos complexos e críticos, onde a ausência de fiscalização, diminuição gradativa das espécies, poluição, são alguns dos fatores que colocam em risco a sobrevivência e a preservação desta cultura que perdura por longos anos.

Existe na Guiné-Bissau, um plano de desenvolvimento integrado para alavancar a economia. E para analisar os respectivos impactos da pesca, torna-se necessário, analisar as perspectivas a partir da concepção deste referido plano. Este processo de planificação da economia da Guiné-Bissau foi projetado não só no Plano Estratégico Operacional denominado “Terra Ranka”. Bissau (2015).

Tal plano configura-se enquanto um instrumento de governança, contando com uma visão de desenvolvimento baseada em amplos consensos nacionais a favor da transformação estrutural do país num universo de dez anos.

O Plano subdivide-se em duas fases durante o período 2015-2020. Contempla seis eixos, vinte e três campos de ação, cinquenta e três programas e cento e quinze projetos, dentre os quais, vários estão ligados direta ou indiretamente ao setor da pesca de modo geral e também mais especificamente à pesca artesanal. Esta agenda de mudança visa uma implementação por etapas, sendo que 2025 é o horizonte do plano de transformação da Guiné-Bissau, onde entendemos necessária a mobilização no sentido de transformar a pesca em protagonista econômico da Guiné-Bissau, com olhar especial para a pesca artesanal.

No entanto, 2020 foi o ano definido como primeiro horizonte intermediário com os principais objetivos e estruturais (desenvolvimento do turismo, autossuficiência alimentar, dobro das receitas do setor do caju, dobro das receitas e do valor agregado da pesca e lançamento de sítio de fosfatos em Farim). Bissau (2015).

Portanto, podemos compreender que esta visão de planejamento estratégico de futuro, integra como um dos princípios fundamentais para o êxito, a obtenção rápida dos principais resultados visíveis, os quais permitem reforçar a confiança das populações nas Autoridades e garantir a dinâmica da mudança.

O essencial da viabilidade deste plano, será poder demonstrar que a reconstrução do estado guineense seja implementada de forma normal, coerente e que as populações progressivamente sintam seus impactos, que pretende-se, sejam em sua maioria benéficos à população do país. Para além do “Terra Ranka”, programa que visa impulsionar a economia e proporcionar maior dinamismo ao setor econômico, o Governo da Guiné-Bissau elaborou outro documento de ação mais específica. Trata-se do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) que segundo o Ministério de Economia e Finanças daquele país, funciona como um guia orientador de mais uma tentativa de relançamento socioeconômico do país, cujas principais recomendações para o setor econômico são:

- Desenvolver infraestruturas de apoio à produção;
- Realizar a taxa média anual de crescimento de pelo menos 5%;
- Limitar a taxa de inflação média anual a 3%;
- Reduzir a incidência de pobreza paulatinamente.

Todavia, o país não conseguiu contornar as reiteradas vicissitudes que tradicionalmente constituem uma barreira ao desenvolvimento econômico, desde logo pela gritante incapacidade institucional e recursos humanos limitados na planificação e execução eficaz das políticas e programas de desenvolvimento, conjugado com a forte dependência do caju enquanto maior produto nacional de exportação e, por outro lado, a consequente influência da crise petrolífera, alimentar e econômica a nível internacional, e agravado pelo peso excessivo da dívida em relação aos parceiros multi e bilaterais.

Estes são, a par de outros, os principais fatores que contribuíram para a inviabilização das medidas explanadas no DENARP. (MEF, 2005).

A sua elaboração lógica participativa envolvendo todas as competências e experiências nacionais. Uma equipe constituída de peritos de todos os principais setores da economia participou na sua elaboração departamentos do Governo ligados à Agricultura, às Florestas, à Pecuária, Pesquisa, além de ministérios setoriais como a Pesca, a Economia e o Comércio, as organizações camponesas, organizações do setor privado e a sociedade civil, assim como a Assembleia Nacional Popular.

Lançado em 2010 tendo como a primeira fase prevista entre os anos (2010-2015), o projeto destina-se à criação e reabilitação das estruturas e infraestruturas de apoio à produção.

Impõe-se assim a continuidade de procura de financiamentos explorando outras pistas além das tradicionais, nomeadamente parcerias público-privadas, o qual consta na ordem do dia do governo.

A economia guineense é suportada pelo setor primário com cerca de 45% do PIB, assente por um lado na produção do arroz e da castanha de caju, e por outro lado, nas atividades do setor terciário cujas infraestruturas estão concentradas em Bissau e nas periferias. Bissau (2015). O propósito deste programa de governo é inverter esta situação no horizonte 2025 criando novos polos econômicos espalhados pelo todo país apoiando nos quatro setores considerados como motores do desenvolvimento: Exploração mineira, turismo, pesca e agricultura. Estes, coadjuvados com os setores catalisadores, a energia e os serviços numéricos e pelos setores tradicionais o comércio e as construções.

A República da Guiné-Bissau possui uma faixa marítima de 274 kms. de costa para uma superfície de plataforma continental de aproximadamente 53.000 Km², o que representa 75% do total da ZEE (Zona Econômica Exclusiva). Sua característica principal reside na existência de uma vasta placa continental, suportando um número considerável de ilhas e ilhotas (aproximadamente 80, das quais aproximadamente 20 são habitadas).

Essa zona insular, protegida ao largo (ao limite das 12 milhas) por uma barreira natural de recifes de coral, é totalmente reservada à pesca artesanal. O sector pesqueiro é composto por dois subsectores (o da pesca artesanal e o da pesca industrial), cujas práticas estão devidamente legisladas em função dos objetivos preconizados para estes os dois subsectores.

Segundo a Secretaria de Pescas da Guiné-Bissau, a pesca artesanal é praticada nos rios e estuários ou no mar territorial (até as 12 milhas marítimas, a partir da linha de base) por embarcações de tipo piroga, impulsionadas por remos, velas ou motores de potência inferior ou igual a 60 C.V; e cujo comprimento não ultrapasse 18 m, podendo utilizar gelo para a conservação das suas capturas; as embarcações referidas, quando propulsionadas por motores de potência superior a 40 C.V. BISSAU (2014).

Estas embarcações devem desenvolver as suas atividades de pesca para além das 6 milhas, sendo que todas as outras embarcações que não se enquadrem no acima estipulado, devem exercer atividades de pesca industrial ou de operações conexas (transbordo, etc.).

O setor pesqueiro junto ao setor agrícola, é um dos mais importantes da economia guineense, contribuindo com quase 43% das receitas para o Tesouro Público, fruto da venda de licenças para as frotas estrangeiras que pescam na ZEE através de acordos bi e multilaterais rubricados pelo governo guineense.

Dessa forma, entende-se necessário a realização de investimentos na área de infraestrutura e educação, no sentido de fazer com que a renda oriunda da pesca, seja de fato, utilizada para a melhoria de condições de qualidade de vida da população guineense, impactando positivamente e diretamente na vida da população.

Tendo em vista que a maior parte do território nacional é banhado pelo mar, rios ou seus braços, o setor pesqueiro, na sua vertente artesanal, reveste-se de extrema importância relativamente ao emprego e a melhoria da dieta das populações ribeirinhas, além de empregar uma quantidade considerável de pessoas, impactando positivamente na geração de renda aos guineenses.

Ao longo destes anos as ações do governo centralizaram no reforço do sistema de vigilância costeira e das atividades ligadas à pesca, com destaque para a campanha que a departamento de fiscalização da Secretaria Nacional da Pesca tem vindo a desencadear desde 2014 com vistas ao cumprimento das práticas e zonas de pesca previstas no quadro da lei sobre a pesca artesanal. Portanto, mediante compreensão dos dados apresentados, por órgãos governamentais, bem como por instituições ligadas ao setor da pesca, podemos compreender que o referido setor especialmente a artesanal, objeto deste estudo, dispõe de boas condições naturais para o desenvolvimento dos recursos marítimos, consequentemente, estando apto a transformar este potencial, em um caminho pavimentado para o desenvolvimento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, podemos compreender a relação existente entre a pesca artesanal e a população de Guiné-Bissau, seus impactos, positivos e negativos, assim como as potencialidades derivadas deste setor. A pesca artesanal deveria configurar-se como protagonista econômica nacional, sendo, além de fonte de condições objetivas de subsistência, uma maneira de manutenção de vínculos humanos, da cultura e das tradições. É através do conhecimento tradicional da atividade, repassado geração a geração, que grupos familiares ganham identidade e afinidade. Portanto, tal atividade tem o poder de gerar quantidade considerável de empregos, gerar renda a uma proporção considerável da população guineense, enquanto que a pesca industrial é a responsável por uma das maiores receitas da economia, em grande parte devido a acordos firmados com seus parceiros comerciais, sendo que no entanto, a renda obtida com a pesca industrial, em sua maioria não fica no país. Tivemos o objetivo de identificar tendências e fatores determinantes do comportamento do setor pesqueiro, demonstrando a importância de tal setor em Guiné-Bissau.

A pesca artesanal oferece para as comunidades ribeirinhas, mais que condições objetivas de vida. Dada pela interação do homem com o meio ambiente natural, surge também uma subjetividade, variável regionalmente, que perpassa laços culturais, familiares, étnicos, etc.

A partir da apresentação da problemática dos impactos socioeconômicos da pesca artesanal, acreditamos ser importante esclarecer que este trabalho não pretende ser empiricamente conclusivo, mas, sem maiores pretensões, apresentar argumentos relativos aos impactos causados pela atividade pesqueira artesanal, de modo que tal atividade venha a ser benéfica para grande parte da população da Guiné-Bissau. Os maiores entraves residem na instabilidade Política e institucional, que ao longo da última década, causou transformações estruturais constantes e reorganizações frequentes ao nível dos quadros regulamentares, jurídicos e institucionais.

No entanto, a situação tem se alterado positivamente de maneira gradual e observa-se atualmente, um ambiente relativamente positivo, no âmbito político e institucional, que nos faz acreditar em um futuro próspero possível. No entanto, o trabalho é longo e árduo e podemos perceber que as capacidades nacionais, ainda não estão preparadas, na medida em que o reforço das capacidades de articulação do Estado neste domínio não teve muita atenção por parte de sucessivos governos, fazendo com que todos os esforços para a melhoria do bem-estar econômico e social não tenham sido efetivamente aproveitados e que possam de fato em um futuro próximo, beneficiar a população guineense.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA NACIONAL. Memorando no. Pan-fc-2012. 0310.

CASTELO P. JORGE. Gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Rio Grande do Sul. Ed. Castelo, 2007.

CAPELLESSO, A. J. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. 2010. (Mestrado em Agroecossistemas) - UFSC, Florianópolis.

FAO: Revista Setorial da Pesca Artesanal na Guiné-Bissau. Bissau. Editora. Inacep, 1993.

LIMA, Augusto J. Santos. Organização Econômica e Social dos Bijagós. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947.

LIMOEIRO, M. C. O mito do método. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976. p. 60-101.

LOPES, C. Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau. Ed. Catez UNESCO 1983.

PEREIRA, Carlos. La Guiné Portugaise, Subside pour son Étude. Lisbonne. Ed. 1914.

FERNANDES, Raúl. O espaço e o tempo no sistema político Bijagó, in Soronda, nº 8, INEP, Bissau, 1989.

GUINÉ-BISSAU. Comunicação Nacional Inicial da Guiné-Bissau sobre as Mudanças Climáticas. Sat. 2006.

_____. Inventário das emissões de gases com efeito - estufa na Guiné- Bissau. 1994.

INDJAI B. Missão de prospecção das praias do Parque Nacional de Orango; formação e capacitação dos guardas locais no seguimento e monitorização de tartarugas marinhas, realizada de 11 a 20 de Janeiro de 2008.

INEC. “Guiné-Bissau em números”. Instituto Nacional de Estatísticas e Censos. Bissau, Nova Gráfica, 2005. IBAP,

_____. “Guiné-Bissau em números”. Instituto Nacional de Estatística e censo, direção geral do serviço e senso. Bissau. Editora. Inacep.2008.

Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné- Bissau - DRAFT. Bissau, 2007, p.58.

_____. Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné- Bissau, 2009.

JECUPÉ, K. W. A terra dos mil povos. São Paulo: Peirópolis, 1998.

KI-ZERBO Joseph, Para quando a África: Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. História Geral da África: I. metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática;Unesco, 1982.

_____. História Geral da África: II.A África antiga. São Paulo: Ática; Unesco, 1983. 198

KIPP, Eva. Guiné-Bissau aspectos da vida de um povo.. Ed. Inquérito 1994.

LEY DE PESCA Y DESSEÑOLAR PESQUEIRO. Codificación 2015

NOMURA, ICHRO: Futuro da pesca e da aquicultura marinha no mundo. 2010. Governo de Bissau. (2015).

MARIA A. A. D: Gestão Tradicional dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau. Editora: Camões, 2012.

MENDES F. RAÚL: O Formal e Artesanal: os Vendedores e Revendedores de peixe na Guiné-Bissau. Editora Lisboa. Braga, 2012.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS - Orçamento Geral do Estado. (2015).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - Centro de Formalização de Empresas. Empresas formalizadas no CFE (2011 – 2015);

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (2010).Cooperação para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau. (2010).

Direção de Programação dos Investimentos Públicos - "P I P", Desembolso no quadro de apoio a projetos (2011 – 2014);

YANNISY. Perspectiva econômica em África. Dakar. Ed. l'press. 2015.

RUI MOREIRA DE CARVALHO. Compreender África, teorias e práticas de gestão. 1. Ed. Editora FGV, 2005.

ZILDA MACEDO. Exportando para os países africanos de língua portuguesa. 1. Ed. Editora Almeida, 2013.

Almanaque Disponível em:
<<http://www.almanaque.me/materias/up3iv9oz9dib1h3kx92yx6nqkyqw8u>> Acesso em 11 de Outubro de 2017.

Parlamento Europeu. Disponível em:
<<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc/PT>> Acessos em: 11 de setembro de 2017.

International Centre For Trade And Sustainable Development. Disponível em:
<<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/membros-retoam-negocia>> Acesso em: 05 de outubro de 2017.

Organização das Nações Unidas-FAO. Disponível em:
<<http://www.fao.org/docrep/003/T1768P/T1768P07.htm>>. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

GUINÉ-BISSAU. Disponível em:
<http://www.gbissau.com/?msa_theme_sel=normal&cb=05&paged=142>. Acesso em: 23 de setembro de 2017

Norge. Disponível em:
<<http://www.bacalhaudanoruega.com.br/Artigos/O-Conselho/Conselho-Noruegu%C3%AAs>> Acesso em 28 de Outubro de 2017.

Fiskeridirektoratet Disponível em:
<<http://www.fiskeridir.no/Om-oss>> Acesso em 01 de Novembro de 2017

Index Munde Disponível em:
<<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=21&c=pu&l=pt>> Acesso em: 14 Outubro de 2017.

Riqueza das Nações Disponível em:
<http://www.coladaweb.com/economia/adam-smith-o-formulador-da-teoria-economica>>
Acesso em 04 de Novembro de 2017.

Heckscher-Ohlin, Locação de Recursos. Disponível em: <http://blogspot.com.br/2014/05/recursos-e-comercio-o-modelo-de.html>> Acesso em 11 de Outubro de 2017.

Organização das Nações Unidas-FAO. Disponível em:
<<http://www.fao.org/news/story/pt/item/214518/icode>> Acesso em 11 de Outubro de 2017